



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZONIA TOCANTINA – FACHTO  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CARMEM DIAS LOBO

**PSE Quilombola: ingresso, trajetória e permanência estudantil no Campus  
Universitário de Abaetetuba (2015 – 2018)**

ABAETETUBA-PA

2019

CARMEM DIAS LOBO

**PSE Quilombola: ingresso, trajetória e permanência estudantil no Campus  
Universitário de Abaetetuba (2015 – 2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Cametá Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Licenciatura Plena em HISTÓRIA.

Orientador: Dr. Luiz Augusto Pinheiro Leal.

ABAETETUBA-PA

2019

**PSE Quilombola: ingresso, trajetória e permanência estudantil no Campus  
Universitário de Abaetetuba (2015 – 2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História da Amazônia Tocantina, do Campus Universitário de Cametá, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em HISTÓRIA.

Data da aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Luiz Augusto Pinheiro Leal  
Orientador (a) – UFPA

---

Nome completo do (a) examinador (a)  
Examinador (a) interno (a) – UFPA

---

Nome completo do (a) examinador (a)  
Examinador (a) externo (a) – Instituição a que pertence

Dedico este trabalho a todos os guerreiros e guerreiras quilombolas que sonham e lutam por um amanhã melhor, tanto para si quanto para sua comunidade. À minha família amada e a minha comunidade querida, Bom Remédio. Aos professores, colegas e meus ancestrais. Gratidão!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a graça da vida, e ter me capacitado para enfrentar todos os desafios encontrados durante toda a minha formação.

Agradeço aos discentes quilombolas que me concederam a oportunidade de conhecer as dificuldades enfrentadas e os meios de resistências utilizados para ocupar e permanecer no espaço acadêmico, e por disponibilizarem seu tempo para me ceder entrevistas e responder questionários. Muito obrigada. Sem vocês esta pesquisa não seria viável.

Agradeço ao coordenador do PSE sr. Antonio Aracaty. A representante da ADQ discente Rosielem Dias. Ao secretário da ADQ, discente Miguel Nery. Ao professor antropólogo do Campus Universitário de Abaetetuba. Assim como a assistente social do Campus Universitário de Abaetetuba. Obrigada por contribuírem com esta pesquisa.

Agradeço as minhas amigas de curso, as quais durante os quatro anos de formação estiveram sempre comigo, onde juntas passamos por esta caminhada. Agradeço a vocês: Adria Brito, Bruna Silva, Maria Rosiana, Leidiane Lobato, Madalena Silva e Raquel Santos.

Agradeço a minha família que sempre esteve comigo. Em especial ao meu pai, Carlito Azevedo Lobo, meu herói, a pessoa que sempre esteve ao meu lado. A minha mãe, Gilvana Dias Lobato.

Agradeço aos meus irmãos, obrigada; a todos meus familiares: tias Rodilene Lobo, Elisabete Lobo e Selma Lobo, obrigada pela ajuda e orações. A minha prima e amiga Edera Lobo Dias, que muito me ajudou nessa trajetória. Ao meu vovô e minha vovó, Braz Lobo e M<sup>a</sup> Benedita Lobo, pelos ensinamentos mui valiosos. Em especial a minha irmã Cassiane Dias Lobo, por toda ajuda e compreensão.

Aos meus professores da educação básica ao ensino superior, obrigada por cada dia que se dedicaram a ensinar. Vocês são verdadeiros guerreiros. Obrigada.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Luiz Augusto Pinheiro Leal, sem palavras para descrever a grande admiração que tenho por ele. Obrigada por ter acreditado em mim, e ter abraçado esta pesquisa. Obrigada pela ajuda, paciência e compreensão.

## RESUMO

O Processo Seletivo Especial é um processo destinado a quilombolas e visa o ingresso dos mesmos no espaço acadêmico. O PSE é regido sob a resolução nº 4. 309 de 27 de agosto de 2012. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o ingresso, trajetória e permanência de discentes aprovados através do PSE. Esta pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas. Tendo como base teórica o texto de Paul Thompson, *A VOZ DO PASSADO*, História oral, (1998, p. 254, 257). Desse modo foram feitas entrevistas/questionários com oito alunos quilombolas do Campus de Abaetetuba. Com o coordenador do Processo Seletivo especial sr. Antonio Aracaty. Com os representantes da Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ) Rosielem Dias. Com o secretário da ADQ sr. Miguel Nery. Assim como com o professor e antropólogo João (nome fictício). Fiz a análise dos dados, coletados a partir de entrevistas e questionários, realizados. Os resultados apontam a percepção dos entrevistados com o avanço das políticas de ações afirmativas que os possibilitam adentrarem e permanecer no ensino superior apesar das dificuldades que podem surgir. Algo muito importante que deve ser trabalhado e discutido na comunidade acadêmica são o preconceito e a discriminação racial que é presente no dia a dia acadêmico.

Palavras-chave: PSE-Quilombola; Ações Afirmativas; Discentes Quilombolas.

## **ABSTRACT**

The Special Selection Process is a process aimed at quilombolas and aims to enter them in the academic space. The PSE is governed under resolution 4. 309 august 27, 2012. This research aims to analyze the entry, trajectory and permanence of students approved through the PSE. This research was developed through interviews. Based theoretically on the text of Paul Thompson, *THE VOICE OF THE PAST*, Oral history, (1998, p. 254, 257). Thus, interviews/questionnaires were conducted with eight quilombola students from the Abaetetuba Campus. With the coordinator of the Special Selection Process Mr. Antonio Aracaty. With representatives of the Association of Quilombolas Students (ADQ) Rosielem Dias. With ADQ Secretary Mr. Miguel Nery. As with teacher and anthropologist João (fictitious name). I analyzed the data, collected from interviews and questionnaires, conducted. The results indicate the perception of the interviewees with the advance of affirmative action policies that enable them to enter and remain in higher education despite the difficulties that may arise. Something very important that must be worked and discussed in the academic community is prejudice and racial discrimination that is present in the academic day-to-day.

**Keywords:** PSE-Quilombola; Affirmative Actions; Quilombolas students.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1- Quilombos de Abaetetuba.....	28
QUADRO 2 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2015.....	34
QUADRO 3 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2016.....	35
QUADRO 4 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2017.....	35
QUADRO 5 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2018.....	36
QUADRO 6 – Processo Seletivo Especial – UFPA Campus Universitário de Abaetetuba 2015/2018.....	36
QUADRO 7 – Processo Seletivo Especial e Processo Seletivo/Vestibular – UFPA Campus Universitário de Abaetetuba 2015/2018.....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADQ	Associação dos Discentes Quilombolas
CEPS	Centro de Processos Seletivos
CIAC	Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa Bolsa Permanência
PPGCITI	Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades.
PROFMAT	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional
PSE	Processo Seletivo Especial
UFPA	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPITULO I AÇÕES AFIRMATIVAS E O SURGIMENTO DO PSE</b> .....	15
1.1 Políticas de Ações Afirmativas: um contexto a ser analisado.....	15
1. 2 Processo Seletivo Especial: uma proposta de ação afirmativa para remanescentes quilombolas.....	27
<b>CAPITULO II AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA</b> .....	31
2. 1 Processo Seletivo Especial na Universidade Federal do Pará-Campus Universitário de Abaetetuba.....	31
<b>CAPITULO III QUILOMBOLAS E AS DIFICULDADES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR</b> .....	39
3. 1 Ingresso, trajetória e permanência de quilombolas aprovados pelo PSE no Campus Universitário de Abaetetuba.....	39
<b>CONCLUSÃO</b> .....	50
<b>FONTES</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
<b>LISTA DOS ENTREVISTADOS</b> .....	57
<b>TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO DA PESQUISA</b> .....	58

## INTRODUÇÃO

A discussão que será apresentada nesta pesquisa é o reflexo de um passado desagradável da história brasileira, e através desta pesquisa buscamos mostrar à sociedade atual as dificuldades enfrentadas pela população negra que se reproduz em novos tempos pelas injustiças sociais e raciais, no que cerne a busca pelo ensino superior de remanescentes quilombolas, na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

Assim existe a necessidade de falar sobre o PSE, que é um Processo Seletivo Especial, que visa o ingresso de alunos quilombolas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, sob a resolução 4.309. Para a construção e desenvolvimento de trabalhos que visem um olhar mais amplo para aqueles que buscam por meio das políticas de ações afirmativas um ensino superior de qualidade.

De acordo com BAYMA (2012, p. 331) “para os afrodescendentes, as políticas afirmativas promovem o resgate da dívida histórica, e que essa dívida foi o período de escravidão, ao qual os negros foram submetidos”. Contudo, as políticas de ações afirmativas destinadas a remanescentes quilombolas, tem que superar três aspectos do caráter racista da sociedade brasileira: a ideia de mérito como único meio possível de adentrar em uma universidade; o mito da democracia racial, que prega um ideal de harmonia social; e o discurso da miscigenação, que prega que não tem como saber quem é negro, quem branco por causa da mistura racial. Desse modo, as ações afirmativas que buscam a ‘reparação’ dos danos causados por séculos de racismo contra a população negra são acompanhadas de muita resistência por parte das elites raciais brasileiras. (FERNANDES; SEVERO, 2017, p.9)

A escolha do tema desta pesquisa se deu no momento inicial da minha formação acadêmica. No momento esse em que participei de uma reunião de discentes quilombolas, no Campus Universitário de Abaetetuba e um dos discentes fez um discurso falando do preconceito que sofria em sala de aula por parte de alguns colegas e um dos professores, pelo fato de ser aprovado pelo PSE. Procurei esse discente ao final da reunião, mas infelizmente não o encontrei. Por esse motivo não tenho informações pertinentes desse aluno. Lembro-me apenas do discurso, o qual me marcou muito. Nesse momento passei a me questionar se todos os alunos cotistas passavam pelo mesmo. Uma vez que existem diversos cotistas na UFPA.

Desse dia em diante passei ler e analisar a Lei de Cotas (Lei n. 12. 711) de 29 de agosto de 2012, e a resolução n. 4.309. Então entendi que a Lei de Cotas (Lei n. 12. 711), determina a reserva de 50% das vagas nas Universidades Federais para pessoas negras, essas reservas ainda não atingia totalmente à demanda quilombola, pois as reservas eram destinadas aos estudantes de escolas públicas, tendo como princípio de concorrência critérios de renda e cor. Já a lei regida pela resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012, garante a reserva de 2 vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo Especial (PSE) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ou seja, o aluno beneficiado pela Lei de cotas, concorre a vagas na universidade através do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). O aluno beneficiado pela resolução n. 4.309, não necessita prestar ENEM para entrar na universidade. O que fere o ideal de meritocracia, que defende a concorrência ampla como único meio de ter acesso ao ensino superior. (MORAIS, 2013, p. 42).

Partido de tal percepção, a escolha de tema deste trabalho, se deu ao fato de que, por mais que essa política de ação afirmativa (Lei n. 12. 711) vise atender os múltiplos grupos étnicos no que concerne ao acesso e permanência em universidades, alunos oriundos de comunidades quilombolas ainda ocupam espaços restritos no cenário da educação superior brasileira. Pois são apenas duas vagas por curso. (REITORIA DA UFPA, 2012 p. 1)

Assim, há a necessidade de um trabalho de estudo que debata sobre a realidade e particularidades acadêmicas, dos alunos beneficiados pelo PSE, os quilombolas, uma vez que os trabalhos até então apresentados debatem em sua grande maioria, a política de ação afirmativa, em um contexto geral dentro das universidades, não dando a atenção devida, ao Processo Seletivo Especial destinado a afrodescendentes.

Como podemos ver nas palavras de CAMPOS:

Diante das pesquisas consultadas, destacamos a necessidade de um estudo que discuta sobre os estudantes quilombolas no ensino superior, visto que, os trabalhos aqui apresentados, tratam a política de ação afirmativa a partir de um contexto geral nas universidades, deixando de lado as diferentes intenções de cada perspectiva desse tipo de política (CAMPOS, 2016, p. 34).

O Processo Seletivo Especial diferenciado para quilombolas é regido pela resolução nº 4. 309 de 27 de agosto de 2012. Apesar de o PSE visar à entrada de quilombolas e indígenas, o objeto de estudo deste trabalho, consiste apenas nos dilemas e perspectivas que dizem

respeito a discentes quilombolas, nos cursos de graduação, da Universidade Federal do Pará no Campus Universitário de Abaetetuba, entre 2015 a 2018.

O problema investigado com essa pesquisa foi à relação entre o Processo de Seleção Especial (PSE) e a realidade dos estudantes quilombolas no Ensino Superior, suas trajetórias, representações e seus desafios, em relação ao acesso e permanência no ensino superior no Campus Universitário de Abaetetuba. Analisando se só o PSE é suficiente para a permanência desse aluno na universidade ou existe a necessidade de outras políticas que possibilitem a permanência e o desenvolvimento pleno desses alunos ao longo da vida acadêmica. Assim buscamos compreender a relação entre a vida acadêmica dos alunos quilombolas entrevistados, e o processo de seleção de cotistas ocorridos anualmente na Universidade Federal do Pará-Campus Universitário de Abaetetuba.

O Campus Universitário de Abaetetuba está localizado no município de Abaetetuba que é composto por mais de 60 ilhas bastante povoadas, 30 comunidades que vivem à beira da estrada, além da cidade, zona urbana, com quase aproximadamente 170 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE. (FONTE: IBGE) E 16 comunidades quilombolas. (FONTE: ITERPA)

Desse modo, fiz a análise da trajetória, representações e desafios desses alunos, informo que os alunos os quais fazem parte desta pesquisa, são alunos quilombolas, com acesso ao curso superior através do ENEM e do PSE, ou seja, são alunos que conhecem a realidade quilombola, que sentem na pele os desafios enfrentados em busca de uma formação de qualidade. As análises foi feitas através de entrevistas com consentimento. Nos questionários respondidos por discentes quilombolas da Universidade Federal do Pará, de Abaetetuba, constavam perguntas referentes ao desenvolvimento acadêmico. Considerando os desafios, e especificidades desses alunos em relação à graduação. Analisando a relação enquanto estudantes quilombolas com o ambiente acadêmico, alunos não quilombolas e professores da academia.

Minha metodologia teve como base fontes oral, como entrevistas e se deu também por meio de questionários. Como embasamento oral para realização desta pesquisa considerei o texto de Paul Thompson, *A VOZ DO PASSADO*, História oral, (1998, p. 254, 257), onde encontrei suporte de como encaminhar minha pesquisa. THOMPSON (1998, p. 260) diz que, “As perguntas devem ser sempre tão simples e diretas quanto possível, em linguagem

comum”. Logo, Thompson traz uma abordagem de encaminhar a entrevista e agir no momento da entrevista, como tratar o entrevistado, como manusear as entrevistas, demonstrando compreensão e simpatia pelo modo de ver da pessoa, tendo consciência dos sentimentos e agruras que o entrevistado pode estar sentindo. THOMPSON (1998, p. 273) “Você precisa sempre procurar estar sensivelmente consciente de como seu informante está se sentindo”.

Na busca de fontes para esta pesquisa, confesso que senti dificuldades. Devido muitos alunos não se sentirem confortáveis em serem entrevistados e terem seus diálogos gravados. Os quais aceitaram ser entrevistados, não aceitaram serem gravados. Para os que aceitaram colaborar com este trabalho, mas não queriam ser gravados, ofereci a opção de questionários. Para que eles respondessem responder, sem a necessidade de gravações. As fontes para esta pesquisa consistiu em entrevistas feitas com o total de oito alunos da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário de Abaetetuba. Todas as entrevistas foram feitas com Termos de Consentimento e Esclarecimento da Pesquisa. Dos oito, sete optaram por terem suas identidades publicas e um está representado com nome fictício (Maria). Desse modo, foram feitas análises dos depoimentos de cada um dos discentes para que se pudesse compreender suas perspectivas, dificuldades e desafios, para que se pudesse entender e compreender suas trajetórias enquanto alunos quilombolas.

Além das entrevistas com os discentes quilombolas, realizei entrevistas, com dois representantes da ADQ, Rosielem dias e Miguel Nery. Com um professor e antropólogo JOÃO (nome fictício) da UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba. Com o coordenador do Processo Seletivo Especial do Campus Universitário de Abaetetuba, sr Antonio Aracaty. Com a assistente social do Campus Universitário de Abaetetuba Suzana (nome fictício). Todas as entrevistas foram feitas com o Termo de Consentimento e Esclarecimento da Pesquisa. Sob o qual três optaram por terem suas identidades reveladas e dois optou por não revelar sua identidade. Estas entrevistas foram realizadas de modo a suprir alguns questionamentos levantados durante e após as entrevistas dos discentes, assim como elucidar e validar o conteúdo desta pesquisa.

Partindo desses pressupostos as entrevistas e questionários foram formulados de forma simples e direta, sempre fazendo o uso da linguagem comum, sem ambiguidades e complexidades. Nas entrevistas dos alunos busquei colher informações de no máximo dois alunos por curso, levando em consideração o fato de que 02 alunos quilombolas conseguiram

acesso à graduação através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e 54 alunos conseguiram acesso através do PSE. Desse modo, ao todo temos 56 discentes quilombolas cursando ensino superior no Campus Universitário de Abaetetuba aprovados entre os anos de 2015 a 2018.

O primeiro capítulo deste trabalho consiste em dois tópicos: No primeiro faço uma breve reflexão do contexto das ações afirmativas no Brasil. Para entendermos como se iniciou essa política de afirmação e sua finalidade em nosso país. Enfatizando a necessidade de políticas que permita com que a população negra possa ascender socialmente, como a Lei de Cotas 12. 711, com análise do conceito de “raça” como categoria analítica, discutido sobre o mito da democracia racial a qual usa em seus argumentos base ideológica de miscigenação, defendendo a ideia de que vivemos em uma sociedade homogênea. O que não é real. Discutindo também sobre o discurso do mérito usado na defesa o acesso a universidade apenas pela concorrência ampla. Todas essas ideologia são contra as ações afirmativas. No segundo tópico abordo sobre ações afirmativas na UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba, discutindo sobre o Processo Seletivo Especial (PSE) regida sob a resolução nº 4. 903, mostrando o conceito de quilombo e quilombolas. Apresentando as comunidades quilombolas pertencentes a Abaetetuba, abordando sobre o PSE que é uma ação afirmativa voltada para comunidades quilombolas no Campus Universitário de Abaetetuba.

O segundo capítulo consiste na apresentação da UFPA- Campus Universitário de Abaetetuba. Abordando sobre a implantação do Processo Seletivo Especial (PSE) no Campus, abordando sobre como ocorre esse processo. Mostrando os cursos ofertados pelo Campus, com o total de classificados em cada curso, anualmente, no período concernente de 2015 a 2018. Assim também como a comparação do total de alunos classificados pelo ENEM e pelo PSE.

No terceiro capítulo temos a discussão sobre o Processo Seletivo Especial que é uma política de ações afirmativas, que visa o ingresso de quilombolas na Universidade, analisando a trajetória desses alunos para permanecer no meio acadêmico, em um país onde era improvável imaginar as propostas de tais ações, onde por muito tempo houve uma forte negação de preconceitos étnicos e de discriminação racial. Analisando a construção do PSE, assim como os meios de resistência na busca da permanência de alunos quilombolas através de associações como a Associação de Discentes Quilombolas (ADQ).

## CAPITULO I

### AÇÕES AFIRMATIVAS E O SURGIMENTO DO PSE

#### 1.1 Políticas de Ações Afirmativas: um contexto a ser analisado

As Políticas de Ações Afirmativas é uma ação compensatória, que visa atender as minorias discriminadas socialmente. “O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado.” (OLIVEN, 2007, p. 30). Desse modo, as ações afirmativas surgiram como o objetivo de amenizar as discriminações sofridas por pessoas decorrentes de seu passado, buscando a promoção da igualdade.

A ação afirmativa tem sua origem nos Estados Unidos e chegou ao Brasil com os mais diversos sentidos. Reflexos das experiências e debates de outros países onde estas foram desenvolvidas, como dos Estados Unidos. Contudo, apesar das experiências dos Estados Unidos ter influenciado na adesão das políticas de ação afirmativa no Brasil, precisamos resgatar as reivindicações históricas, feitas pelo movimento negro, as quais denunciam o racismo brasileiro, para que possamos tirar a ideia de que as políticas afirmativas brasileiras são apenas uma cópia das políticas afirmativas estadunidenses. (CARVALHO, 2011, p. 100)

Os movimentos sociais, como o Movimento Negro, na luta contra a discriminação racial e o racismo, fatores estes que geram desigualdades sociais, passaram a estabelecer medidas preventivas e compensatórias que coibissem práticas discriminatórias e racistas. Desse modo as universidades públicas, em resposta a reivindicações e propostas do Movimento Negro de combate ao racismo e a discriminações, começam a se interessar pela demanda de reconhecimento de seus direitos, de sua cultura, identidade, história, feita pelos negros. (SILVÉRIO, 2003, p. 57)

A trajetória do Movimento Negro brasileiro está inserida nos últimos 80 anos da história do Brasil. Após a abolição da escravatura surgiram inúmeras associações organizadas por pretos e pardos, mas a grande maioria possuía um caráter majoritariamente cultural e beneficente. Foi somente na década de 1930, com a Frente Negra Brasileira, que o movimento negro surgiu como porta-voz e ator organizado na luta em prol dos interesses dos negros. (OLIVEIRA, 2011, p. 1)

Como “elemento de mobilização e de mediação” o movimento negro utiliza nas suas reivindicações políticas o conceito de raça. (LEMOS, 2015, p. 16) Contudo esta “é apreendida como uma construção social, sem bases biológicas”. Tendo em vista que biologicamente não tem como definir o conceito de raça, uma vez que esta é uma construção social, sem base biológica, como é afirmado por TELLES (2004, p. 17). Sobre o conceito de raça como mecanismo de reivindicações políticas MUNANGA diz:

A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnosemântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2003, p.6)

Partindo das afirmações de TELLES e MUNANGA. Ponderamos que, o uso do termo “raça”, deve ser utilizado apenas como conceito analítico, para falar sobre as desigualdades geradas entre negros e brancos ao longo dos séculos no Brasil. Nunca como conceito biológico de raças humanas, como foi utilizado nos argumentos de dominação nazista. Uma vez que, GUIMARAES em sua obra *Classes, Raças e Democracia* (2002, p. 48) mostra que PAUL GILROY<sup>1</sup> (1998), afirma que “no tocante à espécie humana, não existem “raças” biológicas, ou seja, não há no mundo físico e material nada que possa ser corretamente classificado como “raça””. Sobre o conceito de raça, TELLES (2004, p. 17) também afirma que, “raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica”. Seguindo a vertente de tais autores, o conceito de raça deve ser usado apenas como conceito de análise, para discutir e demonstrar as desigualdades existentes em nossa sociedade.

Segundo GUIMARÃES (2002, p.70) “As políticas de ação afirmativa (as únicas que visam reparar erros do passado), tem sido rejeitadas com base tanto em argumentos de classe [...] quanto de raça”. Partindo dessas afirmações, o conceito de “raça”, o uso do conceito de “raça” em termos analíticos é fundamental, para que possa ser comprovado que as desigualdades e discriminações que existem no Brasil ocorrem muito mais por caráter racial do que por diferenças de classes sociais. É fato que a discriminação e desigualdade entre negros e brancos dados por caráter racial. Por questões de cor da pele. É muito mais evidente

---

<sup>1</sup> Paul Gilroy é um historiador britânico, escritor e acadêmico de expressivo ativismo na luta antirracista defende a tese de que a categoria “raça” já não tem nenhuma utilidade prática ou teórica no mundo globalizado.

do que por questões de classes. O negro é discriminado não apenas por sua condição econômica inferior, mas sim por ter a pele escura. Ou seja, as discriminações e as desigualdades que pessoas negras enfrentam na nossa sociedade são sim, muito mais de caráter racial, que no Brasil se refere ao tom de pele, do que por condições econômicas. (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Entre um aluno branco pobre e um aluno negro pobre, o aluno branco será discriminado uma vez pela condição socioeconômica e outro será discriminado duas vezes pela condição racial e pela condição socioeconômica. É fato que as desigualdades e discriminações geradas pela cor, que está relacionado à raça, são mais presentes e mais fortes na sociedade brasileira que as desigualdades e discriminações geradas apenas pela condição social. Pois se um branco sofre discriminação por sua condição social. Um negro sofre tanto pela condição social, quanto pela cor de sua pele. (MUNANGA, 2001, p. 33),

A relação entre justiça social e poder está estritamente relacionada a questões de classe e raça. Nas questões de classe, “há, de um lado, uma classe dominante, e de outro, a classe dominada”. Geralmente a classe dominante é composta por pessoas brancas. Geralmente a classe dominada é composta por negros. A exploração que uma classe social exerce sobre a sobre outra tende a gerar a exclusão. Diante de tais fatos ha “o desejo de mudança social. Cujo resultado é a rejeição à injustiça e a indignação diante das estruturas sociais que reproduzem a pobreza material”. (BATISTA, 2015, p. 102, 103).

Sobre o conceito de classe LENIN define:

Grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação [...] com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As *classes* são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LENIN, t. 3, 1977. p. 150 apud CARVALHO, 2011, p. 18)

Após anos de escravidão, quando finalmente os negros são libertados das senzalas, estes se viram banidos aos cortiços e favelas, aos trabalhos mais penosos ou até mesmo, ao desemprego e à “mendicância”. Tendo em vista que, antes mesmos destes serem libertos, já viviam inferiorizados na camada mais baixa da sociedade, sendo um negro escravizado. Desse modo, o homem branco sempre estava relacionado à classe dominante e o negro a classe

dominada. Como decorrência do ponto de partida imposto aos negros, concluiu-se que, contra estes incidem duas formas de injustiça. A injustiça decorrente do “preconceito racial e da ideologia de que o negro é um ser inferiorizado, do desdém com a cultura e modo de vida de negros, simplesmente decorrentes da cor da pele”. Assim com também a injustiça de “ordem política e econômica”. Essas injustiças procedem desse ponto de partida onde os negros estão inseridos na escala ocupacional mais baixa que existe em uma sociedade. Onde a “raça é ponto determinante da divisão de classes, o que resulta na maioria da população de cor ocupando posições sociais mais baixas e com menor remuneração”. (GOTO, 2013, p.108)

Os argumentos que enfatizam que a discriminação é concernente à classe a qual os indivíduos pertencem “a condição social como demonstra a bibliografia”, é na verdade por vezes um meio usual para mascarar a discriminação racial. (MATTA, 2007, p. 67). Pois a relação existente entre classe e cor, é na verdade uma construção teórica que sustenta a ideia de uma democracia racial, a qual valoriza mais que a “cor” das pessoas, o seu desempenho pessoal (riqueza e educação). (GUIMARÃES, 1996, p. 145)

No Brasil a universidade foi, historicamente, pensada as classes dominantes, com o objetivo de atender aos interesses de tais classes, ”de modo que não se conseguia visualizar ideias críticas para com a realidade que acometia a sociedade”. (TRINDADE, 2014, p. 239).

Diante de tais reflexões:

coloca-se a questão das políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior no Brasil como uma necessidade urgente de intervenção na realidade educacional em favor de segmentos da sociedade que, por fatores relacionados à sua origem socioeconômica, étnica e racial, não tiveram/têm condições de acesso à Educação Superior. (BATISTA, 2015, p. 106, 107)

Desse modo, uma instituição, que se disponibiliza a implantar as ações afirmativas para a população negra, não pode fazer como um meio de "proteção a desvalidos". É preciso que haja metas que incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural e racial. A universidade, ao adotar medidas que visam à inclusão de grupos e minorias até então deixados à margem, “deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado”. (SILVA, 2001, p. 48)

No ano de 1980 surgiu o primeiro projeto de lei (Lei n 1.332 de 1982) em benefício da população negra, por meio de Abdias Nascimento. Onde está lei visava uma “ação compensatória” como um meio de compensar o afro-brasileiro por anos de discriminação.

Contudo, esta lei não foi aprovada. Somente a partir do ano de 2001, leis de ações afirmativas em benefício da população negra começaram a ser aprovadas. Por decisão do Poder Público. (MOEHLECKE, 2002, p. 198, 203, 209).

Em 29 de agosto de 2012, é constituída a Lei de Cotas (Lei nº 12.711). Assinada pela presidente Dilma Rousseff, para todas as universidades federais. A qual garante “50% de vagas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia” no Brasil. Sendo resultado de uma longa mobilização dos movimentos sociais negros para ampliar o acesso à população negra em uma instituição de ensino superior. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

Como consta nos Artigos 1º e 3º da Lei 12. 711:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012, p. 1)

A Lei 12.711, determina a reserva de 50% das vagas das Universidades Federais, destinadas a estudantes de escolas públicas, tendo como princípio de concorrência, critério de renda e cor. No primeiro artigo as reservas eram destinadas apenas por critério de renda. No segundo artigo, a lei abrange a população que se declara pretos, pardos, pessoas com deficiência e até mesmo indígenas, porém a população quilombolas, remanescentes de quilombos não estão incluídos. Esclareço que os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que possuem uma trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas, com orgulho de sua ancestralidade negra, relacionada com a luta e resistência à opressão sofrida historicamente. (BRASIL, 2012, p.1)

A Lei de Cotas é uma medida de Ação Afirmativa que reserva vagas para pretos, pardos, indígenas e aluno de escola pública, nos cursos de ensino superior nas universidades federais. As cotas buscam promover justiça social. Reparando danos históricos que perduram até os dias atuais. As ações afirmativas busca minimizar a dívida histórica existentes. Compensando as injustiças sofridas por negros. Gerando oportunidades para que pessoas discriminadas socialmente. Sem condições financeiras de financiar uma educação básica de qualidade. Possam através dessas políticas, ascender socialmente. (FEITOZA, ASSIS, WAINER, ESEQUIEL, sem ano de pub. p.52)

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal a adotar o sistema de cotas raciais para garantir o ingresso de pessoas negras em uma graduação. Contudo o critério de identificação para análise de quem poderia fazer uso da cota acabou se tornando bastante crítico. O vestibular da UnB gerou debates concernentes ao método de classificação utilizado pelos antropólogos. Onde cabia a este decidir se o candidato era negro ou não por meio de fotografias as quais reforçavam estereótipos impostos aos negros. (MAIO; SANTOS, 2005, p. 181, 184)

Na visão de PETER FRY:

Através de fotografias e entrevistas, comissões da UnB, compostas de ativistas negros, membros de ONGs, sociólogos e antropólogos, examinam a aparência exterior e o interior psicológico dos candidatos na inglória tarefa de dividi-los em duas categorias estanques: os que têm direito às cotas e os que não têm; os negros e os não negros. Assim fazendo, imaginam e ritualizam (e ajudam a produzir) um Brasil de duas “raças” apenas. Os mulatos, morenos, caboclos, etc. deixaram de existir, vítimas do que José Murilo de Carvalho denominou “genocídio racial estatístico” (Carvalho, 2004). (FRY, 2005, p. 271)

Segundo os responsáveis pelo vestibular da UnB a finalidade da utilização das fotografias era fazer a análise das características físicas, para que assim pudessem identificar traços da “raça” negra nos candidatos, e isso, claro, geraram diversos embates, dilemas ligados à identidade, constrangimentos e dúvidas sobre os critérios de avaliação, pois eles estavam sendo avaliados pelos fenótipos associados a pessoas negras e não a afro-descendência. (MAIO; SANTOS, 2005, p. 193)

Apesar de toda polemica o uso do sistema de cotas pela UnB, abriu espaço e incentivou outras Universidades a aderir esse sistema, claro com outras formas de classificação. Por exemplo, em vez do uso de fotografias os alunos que podiam ter acesso ao sistema de cotas

são aqueles que se autodeclararam como negros, que cursaram toda a educação básica em escola pública entre outros. (CARVALHO, 2001, p. 27)

A proposta das cotas é uma forma de reparação aos danos causados pela escravidão, que, estão presentes na sociedade brasileira mesmo após a abolição. Pois, quanto escravo era vítima de seu senhor, e a partir do momento que foram libertos passaram a ser vítimas de um sistema que os exclui da sociedade, de um Estado que não repara os danos causados pelos séculos de escravidão. (MAGGIE, 2008, p. 907)

GUIMARÃES (2002, p. 71) diz que as políticas afirmativas não são aceitas pela classe mais favorecida socialmente e economicamente, assim como também pelos intelectuais. Tanto GUIMARÃES (2002, p.70,71,72,73) quanto MUNANGA (2001, p. 34,35,36,37), abordam a cerca da rejeição das ações afirmativas, por parte de universidades, profissionais e intelectuais e até mesmo por renomados cientistas brasileiros.

Reações absurdas e inimagináveis vieram dos setores informados e esclarecidos que geralmente têm vozes na sociedade brasileira. Que absurdo, reservar vagas para negros, o que caracterizam como uma injustiça contra alunos brancos pobres! Aqui somos todos mestiços, quer dizer que no Brasil não existem mais nem negros, nem brancos, nem índios, nem japoneses, por causa do alto grau de mestiçagem. (MUNANAGA, 2001, p. 34, 35)

Um dos discursos contra as afirmativas apresentado por MUNANGA (2001, p. 41) diz, “Os responsáveis pelas universidades públicas dizem que o ingresso de negros nas universidades pelas cotas pode levar a uma degradação da qualidade e do nível de ensino, porque eles não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos brancos”. Cabe aqui enfatizar que este discurso não é de Munanga, mas sim um discurso feito por uma pessoa que é contra as ações afirmativas. Munanga apresenta esse discurso para mostrar que há contrariedade de pessoas importantes no meio acadêmico as ações compensatórias.

Se formos analisar, realmente o negro pode não possuir as mesmas aquisições culturais do branco. O que não significa que ele não possua aquisições culturais. Também não podemos negar que historicamente os ditos brancos foram privilegiados. “Quanto maior a classe socioeconômica do candidato, melhor o seu desempenho, maiores as chances de acesso” (GUIMARÃES, 2003, p. 257). A desigualdade de oportunidades sociais é visível no âmbito da educação superior e isso é um fato que ocorre desde a educação básica. Como é enfatizado na fala de PINTO:

Todos os indicadores apresentados, em especial aqueles relativos ao ensino superior, indicam que a longa caminhada que um aluno faz desde que ingressa na primeira série do ensino fundamental até o acesso ao nível superior funciona como um grande filtro racial que privilegia os brancos e bloqueia os negros e pardos. (PINTO, 2003, p. 17)

Caso, se por um milagre houvesse melhoras nos ensinamentos básico e fundamental para que os seus alunos pudessem um nível que os tornassem possível a competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos de escolas particulares bem abastados economicamente, “os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos”. Isso, supondo que os brancos parassem no tempo em suas posições atuais “esperando a chegada dos negros, para junto caminharem no mesmo pé de igualdade”. O que fica só na âmbito da suposição. Pois além do acesso à educação o grande problema hoje no Brasil é a péssima qualidade do ensino, especialmente, na educação básica nas escolas públicas. (MUNANGA, 2001, p.119)

As “políticas afirmativas que visem beneficiar a população carente são igualmente combatidas em nome da competição por mérito ou da excelência acadêmica.” GUIMARÃES (2002, p. 70). Os autores que defendem as ações afirmativas afirmam que a discriminação praticada no sistema educacional brasileiro, ao longo do tempo tem sido silenciada pelo mito da democracia racial assim como pela ideologia do mérito. (MIRANDA, 2013, p. 103)

Os antropólogos Roberto DAMATTA e PETER FRY afirmam que a democracia racial é um conjunto de ideias que organizam e gerem a sociedade brasileira, e que ela se “contrapõe à ideologia que permite a discriminação racial no Brasil”. (GUIMARÃES, 2002, p. 57). Contudo, não existe uma democracia racial, brancos e negros não vivem de forma igualitária, e muito menos democrática. Com as mesmas oportunidades. A crença de que vivemos em uma democracia racial tende a encobrir o racismo existente em nossa sociedade. Fato afirmado por SHERIFF (1993, p. 5) diz que o mito da democracia racial transmite a ideia de que no Brasil não ha racismo.

Muitos discursos e argumentos desfavoráveis as políticas de ações afirmativas raciais, partem da ideologia de mestiçagem a qual tem como base ideológica, a ideia de que a sociedade brasileira é uma sociedade homogeneia, ou seja, a ideia da que em nosso a democracia racial é uma realidade em nosso país. Desse modo esconde o racismo “e todo o estigma” direcionados aos negros. (LEMOS, 2015, p.15, 16),

A idealização de que no Brasil não ha racismo, é embasada nos mais absurdos discursos como o da miscigenação. De acordo com AZEVEDO:

O fato da “miscigenação” da população brasileira, com raízes sólidas a se estender desde o período colonial, serviria ainda como prova histórica de que os brasileiros não distinguem cor, nem raça, nessa sua convivência harmoniosa exemplar. (AZEVEDO, 2018, p.165.)

O que percebo é que o mito da democracia racial, enquanto uma ideologia que prega a igualdade social entre brancos e negro, nega e encobre o racismo existente na nossa sociedade. Pois essa democracia não existe. Esse mito gera discursos de sociedade igualitária. O que não é real. Não vivemos em uma sociedade harmônica. Mas sim em uma sociedade que discrimina e faz diferenciação por cor. Aqui está à necessidade do uso do termo “raça” como um termo indispensável na luta contra o racismo e desigualdades existentes no Brasil. E seu uso de forma analítica pode comprovar que existe sim, discriminação no Brasil. E as discriminações e desigualdades enfrentadas por negros na sociedade brasileira, são sim, muito mais de caráter racial. O que no Brasil se refere ao tom de pele. Do que por condições econômicas. Ou seja, o mito da democracia racial pode muito bem ser negado pelo uso analítico do conceito de “raça”. Partindo dessas análises podemos compreender a eficácia do termo “raça como categoria política” e analítica. (GUIMARÃES, 2002, p. 50)

O que é confirmado nas palavras de GOMES:

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera [...]. Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder [...]; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (GOMES, 2012, p. 731).

Sobre a ideologia do mérito o qual também é uma ideologia que vai contra as ações afirmativas. BARBOSA salienta:

O conceito de mérito nos remete ao critério único e desejável para a ordenação dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. O chamado sistema meritocrático privilegia a avaliação e seleção dos sujeitos mais aptos como forma de diferencia-los e posiciona-los na hierarquia social, baseando-se nos talentos e desempenho individual. Considerado moralmente correto para toda e qualquer ordenação social, principalmente no que diz respeito à posição socioeconômico das pessoas. (BARBOSA, 1996, p. 67, 68)

O que podemos observar é que por mais que as universidades busquem abranger as diferenças através das Ações Afirmativas, o Vestibular das universidades brasileiras ainda possuem características meritocrático. Visto que o mesmo pressupõe melhores condições de vida. Quanto mais abastado economicamente, mais chances o aluno tem de ser aprovado. Uma vez que alunos com melhores condições sociais têm melhores chances de uma boa educação em escolas privadas. Contudo esse pressuposto “decorre de um ensino qualificado, o qual permitirá desenvolvimento individual pleno, sem preconceitos e sem restrições de cunho herdado ou oportunizado”. (MORAES, 2013, p. 42)

Contudo a condição socioeconômica da maioria dos afro-brasileiros não lhes permite ter acesso ao ensino básico em escolas particulares. A maioria dos afro-brasileiros estuda em escolas públicas, de péssima qualidade. Tanto o ensino público, quanto à educação básica tem sido ineficiente e desqualificado. O que se transforma em barreira de acesso ao ensino superior. A exclusão socioeconômica a qual a população negra está submetida gera consequências cruéis. Por um lado, gera “a permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros”. O que dificulta o desenvolvimento de seus potenciais individuais. E por outro lado impede o “usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que deve o país oferecer a todos”. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.37).

O desempenho individual dos alunos sua influencias geradas pelas oportunidades a estes oferecidas durante toda sua formação escolar. O que está “diretamente relacionada às condições socioeconômicas da família, as políticas públicas promovidas pelo Estado, entre outros fatores”. Desse modo a utilização do mérito como método de seleção se torna um problema, “pois os privilégios estão distribuídos desigualmente entre as classes sociais e independem do potencial e do conhecimento dos estudantes”. (BELTRÃO; FILHO; MAUÉS, 2013, p. 3)

“É “consenso social”, ainda no presente, utilizar o mérito como método de seleção às vagas da academia, por ser considerado o critério de admissão mais adequado, pois premiaria o valor individual” (BELTRÃO, FILHO e MAUÉS, 2013, p. 3). Porém para MIRANDA o ideal de mérito não possui uma legitimidade pratica. Para que haja uma disputa justa de merecimento, o ponto de partida deveria ser igual para todos. No Brasil a igualdade social fica apenas no discurso da democracia racial, no imaginário. Enquanto isso o ideal de mérito

institui as desigualdades sociais existentes. “Dessa forma, ambos os mecanismos compartilhados pelo imaginário dos brasileiros encobre a tensa relação racista e consequentemente, discriminatória que ocorre em nossas universidades”. (MIRANDA, 2013, p. 114)

As ações afirmativas, como as cotas para a população negra, além de buscar a redução das “desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros”. Buscam mudar “principalmente o status de reconhecimento desse grupo”. Gerando a possibilidade de pessoas negras ocuparem “cargos e posições de prestígio social”. (LEMOS, 2015, p. 59)

## **1.2 Processo Seletivo Especial: uma proposta de ação afirmativa para remanescentes quilombolas**

As políticas de ações afirmativas “objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos” (PIOVESAN, 2008, P.890). A aplicação das cotas nas Universidades é um grande avanço. Porém ao ler e analisar a Lei de Cotas 12. 711 pode observar no Art. 1º, que esta lei determina a reserva de 50% das vagas nas Universidades Federais para pessoas negras, estudante de escolas pública, tendo como princípio de concorrência critérios de renda e cor. No Art. 3º, apesar de alcançar outros grupos como, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. (BRASIL, 2012, p. 1) não incluía especificamente a demanda quilombola.

Seria fundamental a ampliação das políticas afirmativas, as quais abrangessem também a demanda quilombola. Segundo LIMA *et al.* (2015,p. 6) abordam sobre o fato de que o ensino básico que é ofertado para população quilombola “não oportuniza meios que qualifique este grupo a apropriar-se com qualidade do currículo escolar ofertado ou que resulte em níveis de aprendizagens satisfatórios que são exigidos no ensino superior”. Segundo os autores, a situação dos povos tradicionais é historicamente, “marcada por uma educação precária”, onde não há recursos nem políticas pública de integralização. O que ocasiona a desigualdade e exclusão social. Para estes autores, “diante do quadro de exclusão de determinados grupos a certos bens e direitos sociais, dentre os quais a educação superior, torna-se urgente à inclusão dos segmentos excluídos”.

Desse modo no dia 27 de agosto de 2012 é promulgada a resolução N. 4.309, que consiste em um Processo Seletivo Especial (PSE) diferenciado, para remanescentes quilombolas. E assim como a lei de cotas este também faz parte das políticas de ações afirmativas. Contudo está visa o ingresso de alunos oriundos de comunidades tradicionais quilombolas nos cursos de graduação na Universidade Federal do Pará, com a reserva de 02 vagas por curso existentes na universidade. (UFPA, 2012). Logo o Processo Seletivo Especial (PSE), é designado diretamente para essa demanda, visando à promoção de quilombolas ao ensino superior por meio de reserva de vagas, apesar de serem apenas duas vagas de cada curso de graduação. (UFPA, 2012 p.1)

Para que se haja uma melhor compreensão sobre a importância do processo diferenciado para quilombolas PSP. E para que possamos entender a necessidade de políticas afirmativas para comunidades historicamente e socialmente vulneráveis. Farei uma breve apresentação do conceito de quilombos e remanescentes quilombolas. Uma vez que se trata do objeto de pesquisa deste trabalho. Segundo MOURA:

O quilombo era uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo que constituía a sociedade maior e institucionalizada. O seu agente social era o negro escravo inconformado que trazia este sentimento no ato da fuga. (MOURA, 2001, p.103)

O quilombo foi desde a sua formação, um meio de resistência e sobrevivência que está presente em nossa sociedade até os dias atuais, e através dos quilombos que muitos remanescentes sobrevivem e construíram identidades próprias. Os chamados remanescentes de quilombolas descendem de negras e negros fugidos, que se refugiaram nesses espaços, que lutaram e venceram um período triste da nossa história. (OLIVEIRA, 2003, p. 249)

Os quilombos, geralmente acolhiam negros de diversas etnias, com culturas e costumes diversos, e desse modo acabava se tornando um espaço de uma diversidade étnica e cultural. Como negros fugidos, cotidianamente precisavam criar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança do grupo. Segundo com o autor (MOURA, 2001, p.105) “O quilombo podia se formar de diversas maneiras, mas após formado, o comportamento dos seus membros era o mesmo: organizar-se para a resistência”.

Já os chamados remanescentes de quilombos são aqueles que descendem de negras e negros fugidos, que se refugiaram nesses espaços, que lutaram e venceram um período triste da nossa história. (OLIVEIRA, 2003, p. 249)

Os remanescentes de quilombos são pessoas que possuem identidade étnico-cultural predominantemente de ascendência negra e que residem em áreas originárias de antigos quilombos, localizadas, em sua grande maioria, em zonas rurais de difícil acesso, consideradas áreas de preservação ambiental. As comunidades quilombolas são habitualmente denominadas "Terras de Pretos", "Comunidades Negras Rurais", "Mocambos" ou "Quilombos". (OLIVEIRA, 2003, p. 249)

Segundo dados divulgados pelo ITERPA (2018, p. 1) no estado do Pará, “Nos últimos três anos e meio, cerca de 08 mil comunidades foram tituladas”. De acordo com os dados do Instituto (ITERPA) 16 comunidades de remanescentes quilombolas localizam-se no município de Abaetetuba no estado da Pará.

O Estado do Pará por sua vez possui uma área total de 1.247.759. 305 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 8. 513. 497 habitantes. É o segundo Estado mais extenso da Região Norte, com 144 municípios. O Município de Abaetetuba localiza-se a aproximadamente 56 km da capital do Estado do Pará, Belém, e pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense. O município de Abaetetuba possui em média uma área territorial de 1.610,651 km<sup>2</sup>, e é composto por mais de 60 ilhas bastante povoadas, 30 comunidades que vivem à beira das estradas, além da cidade, com uma população estimada 156.292 mil habitantes. (FONTE: IBGE, 2018)

QUADRO 1- Quilombos de Abaetetuba

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>TITULADO</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>ÁREA (HA)</b>
Abaetetuba	Bom Remédio	2002	116	588.17
Ilhas de Abaetetuba	Campopema	2002	701	11458.53
	Jenipaúba		56	
	Médio Acaraqui		41	
	Baixo Acaraqui		40	
	Arapapu		37	
	Rio Tauaré-Açu		78	
	Alto Itacuruça		123	
	Médio Itacuruça (Igarapé São João)		91	
	Baixo Itacuruça		233	
Abaetetuba	Ramal do Bacuri	2009	—	854.49
Abaetetuba	Ramal do Piratuba-ARQUITUBA	2010	176	959.82
Abaetetuba	Xinguará, Mocajuba	2013	52	875.00
Abaetetuba/Moju	África/Laranjituba	2008	102	1.108,1837
Abaetetuba	Samaúma	2008	13	213,0549
Moju/Abaetetuba	Mojú-Mirim	2008	28	878,6388

(FONTE: ITERPA)

Segundo LEITE, (2000, p.334) “Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”. De acordo com BAYMA (2012, p. 331) “para os afrodescendentes, as políticas afirmativas promovem o resgate da dívida histórica, e que essa dívida foi o período de escravidão, ao qual os negros foram submetidos”. Para a implantação

da resolução Nº. 4.309, de 27 de agosto de 2012, direcionada aos quilombolas, foi formulada pela equipe especializada da UFPA, um parecer que destacava a condição histórica desse grupo. Então foi constatada a necessidade de uma forma de ingresso diferenciado para tal grupo, o qual atendesse as suas especificidades devido a sua particularidade histórica. (LIMA *et al.* 2015,p. 7)

A resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012. Garante a reserva de 02 vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo (PS) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Partido de tal percepção, a escolha de tema deste trabalho, se deu ao fato de que, por mais que essa política de ação afirmativa (Lei n. 12. 711) vise atender os múltiplos grupos étnicos no que concerne ao acesso e permanência em universidades, alunos oriundos de comunidades quilombolas ainda ocupam espaços restritos no cenário da educação superior brasileira. Cenário, que pode ser mudado através da manutenção da resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012. (G1 PARÁ- REDE LIBERAL, 2012, p. 1)

Segundo o pró-reitor de Ensino de Graduação, da Universidade Federal do Pará, professor Edmar Costa. “Trata-se da continuidade, por parte da atual gestão da UFPA, de importante política de ação afirmativa, que proporciona a inclusão desses cidadãos, minorias historicamente discriminadas, como estudantes de Instituição Pública de Ensino Superior”. (O LIBERAL.COM, 2019. p. 1)

As vagas para os cursos da UFPA estão localizadas nos campi em Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Soure e Tucuruí. Já as vagas da Unifesspa são para Marabá, Xinguara, Rondón do Pará, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu. (FONTE: PORTAL UFPA/CEPS)

As provas do Processo Seletivo Especial eram compostas por provas objetivas, compostas por 40 questões de múltipla escolha, sendo 05 questões de cada disciplina, sendo essas: Língua portuguesa/leitura, Matemática, História, Geografia, Química, Física, Biologia e Literatura. Seguindo referências do Enem 2013. A prova de redação consiste na elaboração de texto com no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas, com a avaliação a fidelidade ao tema, objetividade, coesão, coerência, progressão discursiva e norma culta. A correção da redação ocorria apenas para os candidatos com acerto igual ou maior que 25% na prova objetiva, e só serão convocados à fase de entrevistas os candidatos que obtiverem no mínimo 04 pontos na

redação, em uma escala de 0 a 10. Após o CEPS divulgar a lista dos candidatos classificados nas provas objetiva e de redação em língua portuguesa, as entrevistas pessoais são realizadas por pelo um ou dois professores da comissão avaliadora. Cabe informar que atualmente o PSE ocorre apenas com a redação e a entrevista, como formas de avaliação para a aprovação. (FONTE: PORTAL UFPA/CEPS, 2016)

Desse modo a Universidade Federal do Pará Campus Universitário de Abaetetuba, através do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFPA), por meio da Resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012, passou a ofertar duas vagas em cada curso de graduação para quilombolas, através de um Processo Seletivo Especial (PSE). Como consta no art. 1º: “Art. 1º Fica aprovada a reserva de 2 (duas) vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo (PS) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA)”. (UFPA, 2012, p.1)

Com essa prerrogativa, o Processo Seletivo Especial (PSE) para quilombolas, que faz parte do Programa Política de Ações Afirmativas, foi adotado pela Universidade Federal do Pará-Campus Universitário de Abaetetuba no ano de 2014. Como afirmam os LIMA *et al* (2015, p. 10) “embora a Universidade Federal do Pará tenha implementado às ações afirmativas em 2012, por meio do processo seletivo diferenciado, esse segmento ingressou na UFPA, via PSE, apenas no ano de 2014”.

## CAPITULO II

### ACÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

#### 2.1 Processo Seletivo Especial na Universidade Federal do Pará-Campus Universitário de Abaetetuba

O Campus Universitário de Abaetetuba chegou nesta cidade em 1986, com o projeto de interiorização da Universidade Federal do Pará, sob a coordenação da professora Maria da Conceição Solano Reis (1986-1991). Os primeiros cursos ofertados pelo Campus Universitário de Abaetetuba foram: História, Letras, Pedagogia, Geografia e Matemática e eram ministrados nos espaços cedidos pela prefeitura, como a as Escolas Professor Basílio de Carvalho, Joaquim Mendes Contente e o Colégio São Francisco Xavier, de modo intervalar. (FONTE: PORTAL UFPA)

No ano de 1987, a Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, constituiu-se na Rua Manoel de Abreu, Bairro do Mutirão, s/n, localizada no município de Abaetetuba no estado do Pará. O Campus Universitário do Baixo Tocantins como também é conhecido, conta atualmente com 08 cursos de graduação, sendo 06 cursos de licenciatura: Letras Língua Portuguesa/Espanhol, Pedagogia, Educação do Campo, Matemática e Física; e 02 de bacharelado: Serviço Social e Engenharia Industrial. Além de dois mestrados, um ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) e outro ofertado pelo Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT). (FONTE: PORTAL UFPA)

Até o momento da publicação da Lei de Cotas n. 12.711/2012, que garante nas universidades federais a reserva de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas e possui renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, a qual é denominada como Cota/Escola. Desses 50%, no mínimo, 40% destinam-se a candidatos que se declaram pretos, pardos ou indígenas, a qual é denominada como Cota/Cor. (BRASIL, 2012, p. 1). Mesmo após a promulgação da Lei de Cotas, “poucas foram às universidades brasileiras que, se mostraram mais permeáveis às reivindicações de movimentos sociais e de ativistas comprometidos com a questão da igualdade racial”. (NASCIMENTO, 2015, p. 5)

A Universidade Federal do Pará pode ser considerada uma das precursoras na adesão de cotas sociais e raciais como critério de seleção para ingresso no ensino superior. Contudo a adesão do sistema de cotas pela UFPA se deu através de “pressão organizada pelos grêmios estudantis das escolas privadas de Belém” os quais reclamaram junto ao “Ministério Público Federal (MPF) alegando inconstitucionalidade da resolução aprovada, a implantação das cotas, por recomendação do MPF, se efetivou apenas em 2008”. (NASCIMENTO, 2015, p.5)

Apesar da Universidade Federal do Pará ter promulgado a resolução Nº 4. 309 no ano de 2012, o ingresso de estudantes quilombolas passou a ocorrer apenas no ano de 2014. Dessa forma no ano de 2014 ocorreu a primeira seleção diferenciada para quilombolas no Campus Universitário de Abaetetuba para o ingresso no ano seguinte (2015) (LIMA *et al*, 2015, p. 10) De acordo com o coordenador do PSE sr ANTÔNIO ARACATY (2019) o Processo Seletivo Especial para quilombolas no Campus de Abaetetuba foi o cumprimento da resolução nº 4. 309.

Segundo o coordenador do PSE, não houve reuniões deliberativas para discutir a implantação desse processo no Campus de Abaetetuba, o que ocorreu foi uma decisão vinda direto da UFPA/Belém, o Campus de Abaetetuba apenas acatou a ordem. “Recebemos apenas a ordem que haveria um processo diferenciado para quilombolas, com o dia marcado, as pessoas que iriam trabalhar... o Campus só cumpriu... não questionamos”. (ANTONIO ARACATY, 2019)

O meio de seleção usado pelo PSE é composto por duas etapas: eliminatórias e classificatórias, a qual consiste em uma prova de redação e em uma entrevista. Os concorrentes classificados na primeira etapa são submetidos à entrevista individual. No momento da entrevista todo candidato deve entregar uma “Declaração de Pertencimento” emitida e assinada pela associação de sua comunidade, assim como cópias do “Histórico Escolar de Ensino Médio”. A Declaração de Pertencimento é o documento que comprova o vínculo e a relação histórico-social dos candidatos com a comunidade a qual pertence, assim como à participação em movimentos sociais.

Sobre a construção dos Editais dos PSE's, sr. MIGUEL NERY, representante e secretário da ADQ<sup>2</sup> diz que “o edital é levado a público em seminário e quilombolas e indígenas fazem parte da construção do mesmo” o qual tem por obrigação atender as

---

<sup>2</sup> Associação de Discentes Quilombolas.

demandas da ADQ. No que diz respeito às entrevistas que são feitas no decorrer do processo como requisito de aprovação, muitos discentes afirmaram sentir-se prejudicados, pelo fato dos entrevistadores não terem acesso à realidade das comunidades remanescentes, muitos alegaram ouvir a frase “você é branquinho, não parece quilombola”. Segundo a discente MARIA as entrevistas feitas no PSE deveriam ser realizadas por pessoas que conhecem a realidade das comunidades quilombolas.

No momento que entrevistei o Sr. MIGUEL NERY, levei até ele essa questão, uma vez que a ADQ busca amparar alunos quilombolas em suas dificuldades e é uma associação que tem voz ativa na construção dos editais do PSE, e o que ele informou foi o seguinte: “essa questão já foi colocada em pauta em algumas reuniões, assembleias, mas quem faz a seleção desses entrevistadores, infelizmente é a Universidade, e a ADQ não tem como intervir nessa situação”. Na impossibilidade de reverter tal situação foram organizados pelos discentes quilombolas, os chamados observadores “que são discentes quilombolas, que trabalham também na entrevista como observadores”. MIGUEL NERY (2019)

Levei essa questão até o coordenador do PSE, o sr, ANTONIO ARACATY, o qual informou que a escolha dos entrevistadores para o PSE é encaminhada de Belém, “o campus dificilmente tinha alguma interferência, alguma gerencia sobre essa escolha”. Então quem escolhe os entrevistadores para o PSE e envia ao Campus, é a UFPA de Belém. Contudo, de acordo com o sr. ANTONIO ARACATY (2019), o fato desses entrevistadores estar sendo decidido pela UFPA de Belém já foi questionado, e agora será feita a consulta no Campus de Abaetetuba, juntamente com o sr ANTONIO ARACATY (2019), o qual fará a escolha dos entrevistadores, devido aos problemas que surgiram com alguns entrevistadores e quilombolas.

Segundo, o professor e antropólogo JOÃO (2019) que atua como docente na UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba a questão do preparo para ser entrevistador no PSE é um problema, devido a sua insuficiência. Ele diz “tem que fazer um curso de um dia para poder ter condições de classificar a pessoa se é quilombola se não é, questões étnicas”. Então ele diz que isso foi muito criticado, pelos colegas de profissão, ser entrevistador no PSE, por ser um curso de um dia, e ser insuficiente. O professor JOÃO como antropólogo diz: “como é que você vai julgar essa subjetividade”.

Este fato me recorre ao texto de MAIO e SANTOS (2005, p.139) onde no Vestibular UnB, os candidatos eram analisados pelas características físicas, na busca de identificar “traços da raça negra”. Esse fato não difere muito do que ocorre no PSE, pois de acordo com os entrevistados eles são avaliados pela aparência física e não pelo fato de serem afrodescendentes.

Nos quadros abaixo faço a apresentação dos cursos de graduação presenciais ofertados pelo Campus Universitário de Abaetetuba, entre os anos de 2015 a 2018, dos quais duas vagas são reservadas e destinadas a candidatos quilombolas. Apresento o número de candidatos classificados, o número de vagas e a demanda de cada curso.

QUADRO 2 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2015.

<b>CURSO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>DEMANDAS POR CURSO</b>
E. INDUSTRIAL	2	2	82
FÍSICA	2	2	21
L. PORTUGUESA	2	2	35
L. ESPANLOLA	2	2	42
MATEMÁTICA	2	2	28
PEDAGOGIA/Matutino	2	2	87
PEDAGOGIA/Vespertino	2	2	65
HISTÓRIA	2	2	85

(FONTE: CEPS UFPA)

Processo Seletivo Especial (PSE) foi aplicado pela primeira vez no Campus Universitário de Abaetetuba, no ano de 2014 para ingressar no ano seguinte, 2015. No ano de 2015, 445 remanescentes quilombolas concorreram ao preenchimento de duas vagas de cada curso presencial de graduação, ofertado pelo campus Universitário de Abaetetuba. Somando um total de 16 vagas, todas preenchidas.

QUADRO 3 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2016.

<b>CURSO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>DEMANDAS POR CURSO</b>
E. INDUSTRIAL	2	2	61
FÍSICA	2	2	27
L. PORTUGUESA	2	2	103
L. ESPANHOLA	2	2	63
MATEMÁTICA	2	2	42
PEDAGOGIA	2	2	139

(FONTE: CEPS UFPA)

No ano de 2016, a concorrência se deu entre 435 quilombolas, os quais concorreram as 12 vagas ofertadas pelo Campus de Abaetetuba. Sendo que as 12 vagas foram preenchidas.

QUADRO 4 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2017.

<b>CURSO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>DEMANDAS POR CURSO</b>
E. INDUSTRIAL	2	2	29
FÍSICA	2	2	12
L. PORTUGUESA	2	2	20
L. ESPANHOLA	2	2	25
MATEMÁTICA	2	2	11
PEDAGOGIA	2	2	56
S. SOCIAL	2	2	61

(FONTE: CEPS UFPA)

No ano de 2017, das 14 vagas ofertadas, todas foram preenchidas. Numa concorrência de 214 candidatos. Se compararmos a demanda do ano inicial do PSE (2015) para o ano de 2017, podemos observar uma redução na demanda dos cursos.

QUADRO 5 – Total de candidatos classificados, total de vagas e demandas de cada curso concernente ao ano de 2018.

<b>CURSO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>DEMANDAS POR CURSO</b>
E. INDUSTRIAL	2	2	27
FÍSICA	2	2	12
L. ESPANHOLA	2	2	8
L. PORTUGUESA	2	2	14
MATEMÁTICA	2	2	21
PEDAGOGIA	2	2	70

(FONTE: CEPS UFPA)

No ano de 2018 houve um total de apenas 152 candidatos, disputando 12 vagas. Das 12 vagas ofertadas, as 12 foram preenchidas.

QUADRO 6 – Processo Seletivo Especial – UFPA Campus Universitário de Abaetetuba 2015/2018.

<b>Ano</b>	<b>PSE</b>	<b>Vagas</b>	<b>Classificados</b>	<b>Demanda</b>
2015	Processo Seletivo Especial Quilombola	16	16	445
2016	Processo Seletivo Especial Quilombola	12	12	435
2017	Processo Seletivo Especial Quilombola	14	14	214
2018	Processo Seletivo Especial Quilombola	12	12	152

(FONTE: CEPS UFPA)

No ano de 2018, se compararmos aos dois primeiros anos em que ocorreu o processo, nota-se uma demanda muito menor. Sendo que no ano de 2015 houve uma demanda 445 e 2017 uma demanda de 435.

Quando perguntei ao coordenador do PSE, o sr ANTONIO ARACATY (2019), as possíveis causas na queda das demanda, ele explica a seguinte questão: “a demanda não caiu tanto, o que caiu, foi o número de participantes aptos a fazer a prova”. Ou seja, ele explica

que, antes a Declaração de Pertencimento Étnico era entregue na segunda etapa do processo, que seria no momento da entrevista. Agora essa Declaração é entregue antes de fazer a primeira fase, então a análise desse documento é feita no momento que o aluno se inscreve e a matrícula só é homologada se a análise for positiva. Ele explica “eles vem, se inscrevem, no mesmo período da inscrição eles tem que vir entregar aqui a documentação... é... comprobatória, tanto a Declaração de Pertencimento quanto o boleto [...] então quando a gente recebe o boleto e a Declaração de Pertencimento a gente pega, encaminha pra Belém, pra comissão, a comissão vai fazer a análise e aí, somente aí que eles vão homologar ou não aquela inscrição”. Então como a partir de 2018, a homologação é decidida pelo conselho da UFPA, através de uma análise documental, a “diminuição” na demanda se explica por esse fato.

Nos dois primeiros anos do PSE, a entrega da Declaração de Pertencimento ocorria apenas na segunda fase, então, todos que se inscreviam participavam da primeira fase. Caso aprovados na primeira fase, passavam para a fase da entrevista, que era o momento em se entregava a Declaração de Pertencimento, onde era feita a análise documental, para concluir se o candidato estava apto ou não à vaga. O sr ANTONIO ARACATY (2019) esclarece que, como agora a análise documental é feita antes da prova, os número de candidatos aptos a participarem da prova, com a inscrição homologada, em relação aos anos anteriores, onde todos que se inscreviam podiam fazer a prova caiu entre “60, 70, por cento”.

Os quadros abaixo ilustram o total de classificados pelo Processo Seletivo Especial – Seleção Diferenciada e o total de classificados pelo Exame Nacional do Ensino Médio, no período de 2015 a 2018. (CEPS UFPA)

QUADRO 7 – Processo Seletivo Especial e Processo Seletivo/Vestibular – UFPA Campus Universitário de Abaetetuba 2015/2018.

<b>Ano</b>	<b>Processos Seletivos</b>	<b>Vagas</b>	<b>Classificados</b>
2015/2018	Processo Seletivo especial/Quilombola	54	54
2015/2018	Processo Seletivo/Vestibular	917	905

(FONTE: CEPS UFPA)

Analisando o quadro acima, podemos observar que apesar de existir um processo que vise a entrada de quilombolas na UFPA, o índice de acesso destes ainda é bem inferior se

comparado ao índice de acesso através do ENEM. Enquanto entre os anos de 2015/2018, 54 quilombolas conseguiram uma vaga no Campus Universitário de Abaetetuba através do PSE, temos um total de 905 discentes aprovados pelo Exame Nacional do Ensino Médio. Contudo, ressalto aqui que pelo menos 02 desses 905 alunos, são quilombolas que conseguiram acesso através do Enem (cheguei a essa conclusão através de pesquisa para este trabalho). Desse modo, podemos dizer que no Campus Universitário de Abaetetuba, entre os anos de 2015/2018 ingressaram 56 quilombolas.

## CAPITULO III

### QUILOMBOLAS E AS DIFICULDADES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

#### 3.1 Ingresso, trajetória e permanência de quilombolas aprovados pelo PSE no Campus Universitário de Abaetetuba.

A resolução N°. 4.309, de 27 de agosto de 2012, garante uma seleção diferenciada para quilombolas, com a reserva de duas vagas por acréscimo de cada curso ofertado pela UFPA. (UFPA, 2012) O PSE foi fundado com o objetivo de proporcionar uma seleção mais igualitária, devido às desigualdades que há na trajetória escolar, sendo que as escolas não preparam estes para ingressar por meio do Processo Seletivo (Vestibular) que ocorre nas universidades. Desse modo, o Processo Seletivo Especial tornou-se uma ponte, pela qual o remanescente quilombola visa acesso ao curso superior. Portanto, alunos remanescentes de quilombos, que não possuem/possuíram em sua formação básica um ensino de qualidade, “pois historicamente, a situação escolar desses povos tradicionais é marcada por uma educação precária, pela falta de recursos e por políticas públicas” tem a oportunidade de buscar o ingresso na Universidade por meio do PSE. (LIMA *et al* 2015, p. 6)

A discente NAYARA DA SILVA (2019), que atualmente cursa Engenharia de Produção e foi aprovada pelo PSE narra às dificuldades que encontrou para conseguir entrar na UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba, devido à insuficiência em sua formação básica. Ela diz: “estudei o ensino médio pelo Sistema Modular<sup>3</sup> então... pra passar pelo ENEM pra mim seria muito difícil eu tentei fazer não consegui passar, muitas coisas que eu vi no ENEM eu não tinha nem estudado”. O que podemos observar na fala da discente, é que a dificuldade encontrada e enfrentada por remanescentes quilombola em busca da educação superior é frustrada, devido à má qualidade de ensino a estes ofertado, pela falta de professores nas comunidades quilombolas, falta de estrutura. Como LIMA *et al* (2015, p. 6) diz, “pela falta de recursos e por políticas públicas”. De acordo com NAYARA SILVA (2019) “no segundo ano do ensino médio... por exemplo... eu não tive professor pra uma matéria básica, que era português”. Então podemos ver que a falta de recursos e políticas públicas destinadas as comunidades quilombolas, acarretam em dificuldades não dando

---

<sup>3</sup> Foi criado em 1980 no Estado do Pará o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), com o intuito de levar a educação básica às comunidades rurais ribeirinhas que se encontram mais distantes dos centros urbanos.

condições para que esses alunos apresentem as condições necessárias para prestar o Vestibular. Tendo em vista que vivemos em uma sociedade economicamente desigual. Os que possuem uma condição socioeconômica mais elevada têm mais chances de ter uma educação qualificada. (SILVA, 2009, p.183)

AMORAS (2018, p. 17) também aborda a questão do precário sistema educacional ofertado aos remanescentes quilombolas. A grande maioria desses quilombolas tem toda sua formação básica em escolas públicas, onde as turmas são “multisseriadas”. Onde um único professor trabalha em turmas com alunos de séries diferenciadas, e muitas dessas turmas atendem somente até ao 5º ano. O fato de os professores terem de atender os alunos com idades e graus de conhecimentos distintos, o ensino regular acaba apresentando um déficit, tornando desse modo ainda mais difícil o acesso no nível superior.

Os entraves narrados por NAYARA SILVA (2019) refletem a realidade de outros quilombolas, quando se trata da busca por uma graduação. A discente MONY MACIEL fala que as dificuldades enfrentadas por quilombolas quando se trata de ingressar na universidade, se dar por fatores, como a classe social, “pois vivemos em um país que quanto mais você tem, mais você pode, e isso muitas vezes elimina a participação de quilombolas dentro dos movimentos da sociedade, principalmente em decisões que envolvem direitos” (MONY MACIEL, 2019). Desse modo, na busca de igualdade por direitos, de ressarcir desigualdades e desvantagem, faz-se necessário programar, e colocar em prática, leis que visem sanar séculos de descaso concernente a educação da população quilombola. Dessa forma, faz-se necessário a implantação da Educação Escolar Quilombola, visto que a Resolução Nº 08 de 20 de novembro de 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, pela qual podemos desempenhar uma política pública, que vise à afirmação e valorização de saberes históricos e culturais, ausentes no currículo escolar, para isso é fundamental a construção de escola nessas comunidades, e formar professores oriundos de tais espaços seria imprescindível, uma vez que estes conhecem e são partes de tal realidade. (CARRIL, 2017, p. 551, 552)

No momento em que estava fazendo entrevistas para esta pesquisa percebi que dos oito entrevistados, dois ingressaram no curso superior no Campus de Abaetetuba, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Não estou dizendo que esses dois são os únicos quilombolas aprovados através do ENEM, ou que isso é algo impossível, surpreendente. O que pretendo é chamar a atenção para uma questão, dos oito entrevistados, seis, moram nos

quilombos e toda sua formação básica se deu em seus territórios ou em comunidades vizinhas. Os dois alunos em particular, aprovados pelo ENEM, são quilombolas, porém moram na cidade de Abaetetuba e toda sua formação básica ocorreu em escolas localizadas na cidade. O que atento aqui, é o fato de que a educação básica, influência no ingresso de quilombolas na universidade. Estes não são incapazes por meio do Vestibular, apenas não tiveram uma formação adequada. Como é sugerido por OLIVEIRA (2008, p. 184) “Não se pode igualar a situação de um afro-descendente que cresceu e viveu na área urbana com um quilombola. Os quilombolas guardam suas tradições, e na maioria dos casos, vivem em áreas rurais, sem acesso a uma educação adequada”.

O fato da precária educação ofertada a quilombolas que residem em quilombos é algo que reflete na formação acadêmica, resultando em dificuldades no desenvolvimento acadêmico. E isso fica evidente nas respostas dos discentes quando perguntei se eles sentiam diferença entre o aprendizado acadêmico deles e o aprendizado acadêmico dos demais colegas não quilombolas. As respostas foram as seguintes. GIZELMA DOS SANTOS (2019) diz: “Sim, pois os que não são quilombolas tem acesso a conhecimentos que os discentes quilombolas não possuem/possuíram na sua localidade”. Segundo a discente MARIA (2019): “sim, pois muitas vezes os discentes quilombolas sentem dificuldades, devido não terem um ensino básico de qualidade, eu falo por mim”. Especifico que ambas as alunas aqui citadas pertencem à comunidade quilombola Bom Remédio. Onde não há escola de nível fundamental e nem médio. Os quilombolas que residem na comunidade Bom Remédio, saem de sua comunidade diariamente para estudar na comunidade vizinha, Nossa Senhora de Fatima, que não é uma comunidade quilombola, mas possui o Sistema de Organização Modular de Ensino. Sobre tal realidade, LIMA *et al* (2015, p. 6) ressalta que “o ensino básico ofertado para quilombolas não oportuniza meios que qualifique este grupo a apropriar-se com qualidade do currículo escolar ofertado ou que resulte em níveis de aprendizagens satisfatórios que são exigidos no ensino superior”.

Dos oito entrevistados apenas uma entrevistada afirma não sentir diferença no desenvolvimento acadêmico em relação a alunos não quilombolas. Conforme a discente IVONE VILHENA (2019) “o desenvolvimento de discentes quilombolas, é tanto ou igual, dos discentes não quilombolas” para está discente o desenvolvimento acadêmico dos discentes quilombolas, varia do esforço individual. Nas palavras da mesma, “pela superação das dificuldades enfrentadas”.

No momento em que fiz a entrevista com o professor e antropólogo JOÃO, o qual é docente no Campus Universitário de Abaetetuba, o questioneei sobre o desenvolvimento acadêmico de alunos quilombolas, aprovados pelo PSE, se estes apresentavam um menor desenvolvimento em relação ao aluno aprovado pelo ENEM. E ele enfatiza: “o quilombola, ele está no mesmo patamar de entendimento, de credibilidade... do aluno que entra pelo ENEM... eu não vejo assim... como uma coisa que... reflita essa situação de o quilombola, mediante esse critério... seja menos capacitado... certo... para enfrentar uma vida acadêmica, do quê o que passa pelo ENEM”.

Segundo NASCIMENTO (2015, p. 7) “A permanência na universidade dos que conseguem ser aprovados também se mostra muito desafiadora”. Pois, de acordo com a autora, a maioria dos discentes estudam fora de suas comunidades de origem. E por esse motivo, para sobreviverem fora de suas comunidades, precisam de apoio e ajuda de colegas, do mesmo modo como das associações quilombolas a qual pertencem até que consigam a Bolsa Permanência, que é um apoio institucional. Este é um fato que podemos observar nas falas dos discentes entrevistados.

As dificuldades enfrentadas pelos discentes quilombolas para manter-se no âmbito acadêmico no Campus Universitário de Abaetetuba são diversas. Começa pela dificuldade de acesso ao ensino superior, concernente a deficiência na formação básica. Quando esses conseguem acesso à educação superior, outras dificuldades são atribuídas. Dos oito discentes entrevistados, seis, tem que deixar suas comunidades diariamente ou anualmente, para garantir presença e permanência no curso. Em outras palavras, alguns saem de suas comunidades para a universidade apenas nos dias letivos, horários de aula, apesar da distancia, tem a possibilidade de ir e voltar diariamente. Outros saem de suas comunidades para morar em Abaetetuba, devido a distancia entre seus quilombos e Abaetetuba, mas precisamente o Campus Universitário de Abaetetuba. Dos oito entrevistados. Quatro tiveram que deixar suas comunidades para vir se estabelecer em Abaetetuba. Dois vem pra Abaetetuba, estudam e voltam para suas localidades. Dois já residiam em Abaetetuba. Outra dificuldade é a financeira.

O discente ELIELSON LEÃO (2019) argumenta que “a maior dificuldade era conseguir uma casa perto do Campus, e quando aparecia uma... o valor do aluguel era alto”. Do mesmo modo, para discente GIZELMA DOS SANTOS (2019) uma das dificuldades “é a falta de recursos para se manter em outra localidade a qual não é a sua residência”. Para a discente

MONY MACIEL (2019) “a dificuldade principal era a financeira, pois não tinha como alugar um local pra ficar e nem pra alimentação”. A discente contou que durante o primeiro ano da sua graduação, a dificuldade financeira foi grande e ainda estava grávida, para que ela não parasse de estudar recebeu ajuda financeira de pessoas de seu quilombo e acrescenta “durante o ano todo foi assim, até consegui a bolsa quilombola<sup>4</sup> que hoje me dá um suporte”. Essas falas são de alunos que deixaram seus quilombos para morar em Abaetetuba em decorrência a graduação e o Campus Universitário está localizado nesta cidade. De acordo com IVONE VILHENA (2019) diz que sua maior dificuldade é o “deslocamento pra instituição”. A entrevistada IVONE VILHENA, deixa sua comunidade diariamente para vir estudar no Campus de Abaetetuba. Já o discente entrevistado SAMUEL DIAS (2019) informou não ter dificuldades para permanecer no curso, em suas palavras: “felizmente eu sou ajudado pelos meus pais com alimentação e moradia”.

Cabe aqui fazer referência as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao adentrar no curso superior pelo PSE. Tendo em vista que dos oito entrevistados, seis são mulheres. Contudo aqui farei menção em duas discentes em particular. A discente MONY MACIEL e GIZELMA DOS SANTOS. A menção dessas duas discentes se dar-se ao fato de ambas serem mães de família, o que acarreta uma responsabilidade a mais a mulher. Ambas tem filhos e deixaram suas comunidades para residir em Abaetetuba para poderem cursar o ensino superior. A discente MONY MACIAL (2019) diz que no primeiro ano de curso, além da dificuldade financeira, falta de lugar para morar e falta de alimentação. Tinha o fato de ela estar grávida, então ela tinha que ir para sua comunidade e voltar todos os dias. Até conseguir a bolsa permanência para alugar um lugar para morar perto Campus. Para a discente GIZELMA DOS SANTOS, a dificuldade está em ter com quem deixar os dois filhos que ainda são crianças, uma vez que o esposo trabalha fora. Então ela tem que deixá-los com parentes, tendo que deixar tudo pronto para quando chegar a casa colocá-los pra almoçar e levá-los a escola. Vemos aqui que, as dificuldades para permanência de um remanescente de quilombo em uma graduação estão muito além da financeira, de moradia e alimentação. Está também na relação familiar, que também é agravada pelas dificuldades citadas anteriormente.

De acordo com a assistente social do Campus (SUZANA, 2019), as dificuldades dos discentes quilombolas estão além da dificuldade socioeconômicas. Ela diz que umas das

---

<sup>4</sup> Programa Bolsa Permanência (PBP) foi instituído em 2013, sendo parte das ações da Política Nacional de Assistência Estudantil.

principais dificuldades de permanência desses alunos quilombolas no Campus Universitário de Abaetetuba, é a necessidade de esses alunos saírem de sua comunidade para ter que residir no município sede do Campus, eles têm o vínculo com a comunidade, o modo de vivência diária, e ele acaba tendo que sair dessas comunidades, do seio familiar, para morar sozinho ou com outros colegas, em que a dinâmica da cidade, da universidade acaba não contribuindo para que aquele aluno tenha o sentimento de pertencimento, além de sair de casa e ficar sozinho e ter que vivenciar as dificuldades do dia a dia distante da família.

Ao que diz respeito à “bolsa quilombola” citada pela aluna MONY MACIEL. Trata-se do Programa Bolsa Permanência (PBP) que foi instituído em 2013, sendo parte das ações da Política Nacional de Assistência Estudantil. O PBP é uma ação do Ministério da Educação (MEC) de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como para indígenas e quilombolas (MEC, 2013).

Segundo a assistente social SUZANA (2019):

A implantação da Bolsa Permanência foi através de uma portaria no ano de 2013...veio como uma forma de tentar garantir a permanência a partir da implantação das afirmativas no ano de 2012 e em 2013 o Ministério da Educação ele cria uma portaria de criação do programa Bolsa Permanência do MEC. (SUZANA, 2019)

A Bolsa Permanência do MEC é uma política pública destinada a indígenas e quilombolas com o objetivo de garantir a permanência desses alunos na universidade em vulnerabilidade socioeconômica, que são aqueles que têm salário per capita de até um salário mínimo e meio, que estejam cursando graduação em instituição federal de ensino superior, que esteja frequente. Como critério de acesso a bolsa, o aluno deve ser oriundo de comunidade remanescente de quilombo, ter a documentação comprobatória, tem que fazer a inscrição em dois sistemas e responder dois questionários socioeconômicos. (SUZANA, 2019)

A assistente social do Campus Abaetetuba também fala sobre a questão das dificuldades de acesso a Bolsa Permanência, ela diz: “a primeira que eu posso pontuar é a questão do prazo, que é de cerca de dois meses, que vai de julho a agosto, e tem muito aluno do extensivo que já estão de férias quando abre a inscrição”. Segundo a assistente social esse período de inscrição acaba prejudicando muitos discentes quilombolas, uma vez que estes no

período das férias voltam para suas comunidades, e muitas dessas comunidades não têm acesso à internet, o que faz com que muitos discentes percam o prazo da inscrição. Apesar de a SAEST fazer a divulgação por vários meios de comunicação e vias redes sociais esses alunos acabam sem acesso a essa informação e quando tem acesso a informação é em um período curto para fazer a inscrição. Além de toda burocratização para fazer a inscrição onde muitos encontram dificuldades “por não terem familiaridade com a documentação que tem que estar preenchida muito especificamente”. Por esse motivo a assistente diz que muitos alunos se confundem e acabam ficando em pendência no MEC. (SUZANA, 2019)

É imprescindível que haja sim, a busca pela valorização da população afro-brasileira, e que estes possam ocupar espaços que lhes é por direito, uma vez que os mesmos fazem parte da constituição populacional do nosso país, desse modo às oportunidades deveriam ser iguais, contudo temos que entender que as desigualdades são geradas por discursos e ações discriminatórias contra negros, os quais foram deixados à margem da sociedade. Temos que entender que a importância das ações afirmativas é de extrema importância e necessárias para reparar e sanar as diferenças geradas não pela falta de capacidade de alunos negros, mas sim pelo descaso do governo em relação à educação da população negra, das pessoas pertencentes a tal realidade. Como podemos observar na fala da discente IVONE VILHENA (2019) “O Processo Seletivo proporciona uma formação para que não só apenas cursemos o nível superior... mas sim participamos do nosso processo histórico... de luta do povo negro, abrindo novos horizontes, fazendo com que estudantes quilombolas tenham mais oportunidades”.

Em relação à convivência e integração na sala de aulas, entre os discentes quilombolas entrevistados e discentes não quilombolas. Dos oito quilombolas, os oito alegaram ser tratados de igual forma por todos os colegas. Porém, destes oito, quatro, relataram presenciar outro quilombola ser inferiorizado por alguns colegas pelo fato de ser quilombola aprovado pelo PSE. Dos quatro, dois relataram debater contra os colegas que praticaram tal ato. De acordo com BENEDITO MACIEL (2019) “isso acontece devido às pessoas não saberem ou simplesmente ignoram o contexto histórico no qual a escravidão deixou o povo negro no Brasil, e não conhece a real situação da educação, saúde, moradia, transporte e alimentação dos quilombolas”.

Segundo MAGGIE (2008, p. 907) a proposta das ações afirmativas é uma forma de reparação aos danos causados pela escravidão, que, estão presentes na sociedade brasileira

mesmo após a abolição. Pois, quanto escravo era vítima de seu senhor, e a partir do momento que foram libertos passaram a ser vítimas de um sistema que os exclui da sociedade, de um Estado que não repara os danos causados pelos séculos de escravidão. Seguindo a realidade histórica e social das comunidades remanescentes de quilombos, temos que concordar que alunos aprovados pelo PSE também merecem estar no espaço acadêmico.

Em relação à convivência e integração entre os discentes entrevistados e seus professores, relacionado a dificuldades em atividades curriculares. Dos oito entrevistados, oito alegaram que são tratados em comum com os discentes não quilombolas. Porém, alegaram haver exceções, e declararam ter apresentado problemas relacionados a algum professor consequente a dificuldades em atividades curriculares, e similarmente declararam que “é um problema recorrente” MARIA (2019), e alegam que alguns professores “desconsideram nossas especialidades” BENEDITO MACIEL (2019), “não compreendem a falta de recursos tecnológicos ou até mesmo demonstram menosprezo pela nossa realidade quilombola” IVONE VILHENA (2019). Sobre os fatos declarados, o professor e antropólogo JOÃO (2015), afirma que:

O professor, ele tem como professor... ele tem que tá atento a essas particularidades... o professor não pode nivelar as coisas de uma maneira uniforme... ou nivelar pelo alto... ele tem que levar em conta as particularidades, ele não pode desvalorizar ou emitir preconceito de valor... [...] ele tem de reconhecer que se trata de um grupo, muito particular de pessoas... que vivem em condições histórico sociais muito particulares, [...] caberia ao professor, exercer a sua prática de professor, coerente com a sua ética [...] ir até esse aluno, ver qual a dificuldade e se interessar... esse que é o caráter ético. (JOÃO, 2019)

Conversando com o professor antropólogo JOÃO (2019) ele fala que, contudo, “o aluno deve fazer sua parte e não esperar tudo da Universidade” em outras palavras, o aluno deve se esforçar e estudar. Deste fato não discordo. Porém ele diz que “antigamente não tinha bolsa de estudo pra nada [...] hoje tem bolsa residência, bolsa não sei o que... não sei de que... tem muita bolsa de apoio, então aluno não estuda por que não quer”.

Mas, partindo da realidade quilombola, que nas próprias palavras dele são comunidades “que vivem em condições histórico sociais muito particulares”. Eu me pergunto como um quilombola vai sair da sua comunidade para residir em outra localidade sem ajuda financeira (bolsas de apoio) e se dedicar totalmente aos estudos?! O professor antropólogo enfatiza “eu vejo muito o aluno querendo esperar que a universidade se adeque a sua

necessidade”, segundo o professor, deve ser ao contrário, “o aluno tem que se adequar a necessidade da universidade” e diz mais, “quando ele entra na universidade ele sabe o mundo que lhe espera, ele sabe que vai ter despesa [...] e também a universidade, ela atua em função dos interesses dela”. No mínimo ha uma contradição, ou até mesmo uma negação aos direitos.

No entanto, ele argumenta que “no momento em que a universidade abre um processo seletivo, e o aluno é aprovado, a universidade tem a obrigação e o dever de atender esse aluno, o professor é universidade então tem que corrigir esse problema”. O problema citado por ele trata-se da desvalorização por parte de alguns professores em relação a discentes quilombolas.

Concordo com o professor JOÃO, o aluno deve sim se esforçar e estudar. Mas ele como antropólogo, conhecedor do processo de exclusão social pela qual a população negra, os remanescentes quilombolas estão inseridos, deveria creio eu, defender as politicas que incentivam ou ajudam essa particularidade social a melhorar sua posição na sociedade. No momento que ele critica as bolsas de apoio e diz que o aluno quilombola (sim! alunos quilombolas. Pois eles são o cerne e objetos da pesquisa) não estudam por que não querem. Ao meu entender, como quilombola que sou. Ele está negando todo um passado de negligencia e exclusão do meu povo. Contudo, nós quilombolas devemos sim! Esforçar-nos, estudar. E usar o conhecimento adquirido na universidade para elevar a nossa comunidade. Estamos na universidade pela garantia de direitos destinados a nossa comunidade. Então devemos nos voltar para a nossa comunidade. Direcionar o que aprendemos aqui para melhoria coletiva da comunidade.

Como forma de superar as dificuldades, e na busca de resistir a qualquer forma de preconceito os discentes quilombolas da UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba, buscam se unir como forma de afirma sua identidade formando e constituindo associações como a Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ). Segundo ROSIELEM DIAS, representante da ADQ, está associação surgiu no Campus de Abaetetuba, juntamente com o primeiro PSE (2014) abrangendo além dos discentes quilombolas, os discentes indígenas. A formação da ADQ se deu devido à necessidade de dialogo.

De acordo com a representante da ADQ a partir do momento que esses estudantes entraram na universidade, “eles ficaram perdidos”, sem apoio, e era um momento de extremo preconceito, em relação ao PSE, o que ainda existe. Então nasceu a necessidade da criação de

um grupo no qual pudessem gerar apoio mútuo. E assim a associação foi se fortalecendo, com lutas por direitos e melhorias. Dessa forma a ADQ surgiu da necessidade desses alunos, “do enfrentamento do racismo”, o qual foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos integrantes da associação, assim como a falta de auxílio, o que causou muita evasão, devido esses alunos “não terem como se manter na universidade, dentro da cidade”. “Assim a ADQ surgiu para formar uma linha de frente para lutar por todos os direitos que são garantidos hoje e continuar lutando para a melhoria desses direitos para que nós possamos ser reconhecidos dentro da universidade” (ROSIELEM DIAS, 2019)

A luta contra o preconceito dentro do Campus é uma luta diária, aí está a importância da ADQ, no fortalecimento de quilombolas que passam por esses constrangimentos. Pois ainda existem pessoas que não respeitam as diferenças, que não buscam uma sociedade mais igualitária, como vemos nas palavras do discente BENEDITO MACIEL (2019) “algumas pessoas fazem piadas e gracinhas com minha comunidade quilombola”, o discente ELIELSON LEÃO (2019) diz: “sempre vai existir por parte de outras pessoas esse preconceito a Universidade não faz um trabalho de conscientização em relação, assim nunca vai acabar, o preconceito está internalizado na mente das pessoas”. Essas “gracinhas, brincadeiras” sempre vem carregadas de preconceitos e muitas vezes fazem com que alunos vítimas dessas situações se sintam inferiores, envergonhados e acabam se distanciando dos colegas de turma, aumentando suas dificuldades, e cabe ao espaço acadêmico buscar a valorização e levar até os alunos a conscientização do que é ser quilombola, do que é ser resistência, desse modo, uma Associação que visa à valorização desse grupo sem dúvida é muito importante.

As ações afirmativas destinadas a quilombolas no Brasil comprovaram dois aspectos racista da sociedade brasileira “a pretensa harmonia racial e a complexa imbricação da discriminação”. Desse modo, as ações afirmativas promovidas como formas de reparação pelos anos de exclusão, causados escravidão, assim como por séculos de racismo contra a população negra, encontrou forte resistência por parte das elites brasileiras. A ideia de miscigenação presente no imaginário da população, “fazia crer que no país não havia pretos, índios e brancos, apenas um ser genérico, o brasileiro”. (FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PAR A PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS, 2017, p. 9, 10)

No entanto, os negros que ingressarem nas universidades públicas de boa qualidade através de cotas terão uma oportunidade única na vida: “receber e acumular um conhecimento científico que os acompanhará no seu caminho da luta pela sobrevivência”. Apesar de todo preconceito que persistirão e os acompanhará ainda por muito tempo, estes serão capazes de se “defender melhor no momento das grandes concorrências e nos concursos públicos, exibindo um conhecimento que não dominavam antes. Abrirão com facilidade algumas portas, graças a esse conhecimento adquirido”. (MUNANGA, 2001, p. 41)

## CONCLUSÃO

O Processo Seletivo Especial (PSE), implantado na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba, com a reserva de vagas para quilombolas, é resultado da conquista de direitos conquistados através das lutas e reivindicações das comunidades tradicionais e pelas mobilizações dos movimentos sociais, os quais buscam garantia de direitos, na correção de desigualdades sociais logo, a implantação do Processo Seletivo Especial (PSE) na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba, destinado a povos tradicionais representam uma conquista desses seguimentos. Assim o Processo Seletivo Especial, como uma. Políticas de Ações Afirmativas busca elevar os remanescentes de comunidades quilombolas, através do ensino superior a um patamar mais elevado socialmente.

O estudo realizado com os discentes quilombolas que estudam na UFPA-Campus de Abaetetuba demonstrou que ainda são necessários alguns passos importantes para se garantir a permanência qualificada desses alunos, dando prestígio às suas especificidades históricas, econômicas e culturais. Pensar em educação superior para quilombolas é pensar a efetiva superação de processos de exclusão que esses povos passaram ao longo de séculos. De todos os alunos entrevistados, todos alegaram dificuldades principalmente no que diz respeito a moradia, a dificuldade de manter em Abaetetuba, na tentativa de burla essa dificuldade esses aluno unem-se em grupos onde alugam casas de forma coletiva, lembrando que esses alunos são oriundos da zona rural, ilhas e até mesmo das zonas de cidades vizinhas, pois se olhar o quadro (1-Quilombos de Abaetetuba) poderemos ver que alguns quilombos fazem parte de duas cidades, dependendo de onde estão localizados, acredito que a construção de uma casa dos estudantes no Campus de Abaetetuba seria de muita ajuda para sanar a dificuldade em relação a moradia, tanto de alunos quilombolas como de alunos não quilombolas. Ou problema encontrado por alguns destes alunos se da em relação a graduação de curso na área de exatas, pois analisando as entrevistas fica visível que ha descaso por parte da academia em relação as aflições de tais alunos, cabe acredito que aos responsáveis pelo PSE juntamente com a Universidade informar e conscientizar tais professores e alunos da importância da valorização das diferenças, buscando formas pedagógicas que abrangem esses alunos, na busca de minimizar e até mesmo sanar suas dificuldades.

A trajetória desses alunos é marcada por resistência aos diversos entraves por eles encontrados, a necessidade que esses alunos têm de provar que conseguem que são capazes de cursar uma graduação, faz destes, pessoas excepcionais, pois apesar das diferenças de serem tratados por alguns como diferentes e até mesmo não merecedores de tal conquista, estes

lutam para se manter e se impor como parte de um direito social que é a educação. No contexto em que os remanescentes quilombolas estão inseridos, o Processo Seletivo Especial é de imprescindível importância para a formação desse grupo.

As principais dificuldades que encontrei para realização desta pesquisa foram a coleta de fontes, pois muitos discentes não se sentem confortáveis com entrevistas, e se sentem retraídos ao serem gravados, outra dificuldade que me fez até mesmo mudar o viés da minha pesquisa foi a coleta de documentações junto com a coordenação e secretaria geral do campus, pois além da demora na resposta, sente uma certa falta de vontade de uma das secretarias do campus. Informando que inicialmente este trabalho consistiria em uma análise qualitativa e quantitativa concernente ao rendimento e desenvolvimento de alunos quilombolas aprovados pelo PSE em relação aos alunos não quilombolas aprovados pelo Exame Nacional do Ensino Médio. Para concluir se ha diferença no rendimento acadêmico entre esses alunos. Mas essa é uma pesquisa que pode ser feita futuramente. Como não consegui os dados necessários para tal pesquisa, seguindo a orientação do meu orientador, passei a pesquisar a trajetória de discentes quilombolas, ingresso e permanência deste na UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba.

No que diz respeito a esta pesquisa, no contexto histórico cultural que aqui foi abordado, espero que as ponderações aqui apresentadas possam servir como impulsionadoras de ações afirmativas no âmbito institucional sobre a permanência dos universitários quilombolas dentro não só da Universidade Federal do Pará- Campus de Abaetetuba, mas sim, dentro de todas as instituições de ensino superior, levando em conta suas especificidades culturais, territoriais e econômicas.

## FONTES

**BRASIL, Resolução Nº 8, de 20 de Novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.** Brasília, MEC/CEB,2012. VERIFICAR

**BRASIL. Ministério da Educação.** Natureza Jurídica, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia> - acesso em: 02/06/2019.

**BRASÍLIA, Lei 12. 711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

**G1 PARÁ- REDE LIBERAL. UFPA cria sistema de cotas para quilombolas no Pará.** 28/08/2012 . Link: <http://glo.bo/PkanpO>. Acesso: 15 de outubro de 2019.

**IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018.** Link: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html> - Acesso: 03 de junho de 2019.

**ITERPA. Territórios Quilombolas.** Texto, Instituto de Terras do Pará; Organização, Jane Aparecida Marques e Maria Ataíde Malcher. Belém: ITERPA, 2009. 74 p.; il.

**ITERPA. Iterpa tem novo presidente.** Published on ITERPA - INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (<http://www.iterpa.pa.gov.br>). 15/05/2018. Link: [1]<http://www.iterpa.pa.gov.br/noticia/iterpa-tem-novo-presidente>. Acesso: 12 de abril de 2019.

**ITERPA. Pará é referência na demarcação de terras quilombolas no Brasil** Published on ITERPA - INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (<http://www.iterpa.pa.gov.br>). Link: [1] <http://www.iterpa.pa.gov.br/noticia/par%C3%A1-%C3%A9-refer%C3%Aancia-na-demarca%C3%A7%C3%A3o-de-terras-quilombolas-no-brasil>. Acesso: 12 de abril de 2019.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

**O LIBERAL PARÁ. Processo seletivo especial para indígenas e quilombolas.** 2019. Link: <https://www.oliberal.com/para/processo-seletivo-especial-para-indigenas-e-quilombolas-tem-inscricoes-ate-dia-30-1.183298>. Acesso: 15 de outubro de 2019.

**UFPA. RESOLUÇÃO N. 4.309, DE 27 DE AGOSTO DE 2012.** Disponível em: [www.portal.ufpa.br/conselhos-superiores](http://www.portal.ufpa.br/conselhos-superiores). Acesso em 19 de abril de 2019.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS. PESQUISA DIAGNÓSTICO: Programa de Acolhimento Estudantil & Diversidade Indígenas e quilombolas na Unifesspa.** Marabá-PA, Janeiro de 2017.

## REFERÊNCIAS

- AMORAS, Lillian Kelly Oliveira. **Dificuldades de quilombolas aprovados no processo seletivo especial da UFPA Castanhal em permanecer/concluir o curso.** 2018. 43 f. Castanhal, 2018. Disponível em: <<http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/668>>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **A luta contra o racismo e a questão da identidade negra no Brasil.** Contemporânea v. 8, n. 1 p. 163-191 Jan.–Jun. 2018.
- BARBOSA, Lívia. **Meritocracia à brasileira; o que é desempenho no Brasil?** Revista do Serviço Público. Ano, 47, vol. 120, n. 3, set./dez. 1996.
- BATISTA, Neusa Chaves. **Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 95-128, jan./mar. 2015.
- BAYMA, Fátima. **Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas.** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, abr./jun. 2012.
- BELTRÃO, Jane Felipe. FILHO, José Claudio Monteiro de Brito. MAUÉS, Antonio Gomes Moreira. **Das Ações Afirmativas na Universidade Federal do Pará.** Universidade de Brasília (UnB), de 11 a 13 de setembro de 2013.
- CAMPOS, Laís Rodrigues. - **Do Quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará- Campus Belém quanto à permanência /Belém - 2016.**
- CARVALHO, José Jorge de. **As propostas de cotas para negros e o racismo.** Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 13-30
- CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil:** a questão das cotas no ensino superior. 2ª ed. São Paulo: Attar, 2011.
- CARVALHO, Máuri de. **Onde Estão os Homens Livres?** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p.15-42; fev. 2011.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Os Desafios da Educação Quilombola no Brasil: o território como contexto e texto.** Reviste Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, V. 22, n. 69, p. 539-564, abr/jun 2017.
- FEITOZA, Laura Farah. ASSIS, Ligia Lisboa Rodrigues de. WAINER, Pedro Sant’Ana. ESEQUIEL, Rafaela, Valentini. **Cotas e a justiça social.** Sem ano de pub.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus Editora. 1964.

FRY, Peter. Ossos do Ofício. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 271-272, jan/jun 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 33, n.120, jul./set. 2012, p.727-744. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302012000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

GOTO, Vanessa Strowitzki. **A herança histórica do negro brasileiro e o dilema entre políticas públicas redistributivas e de reconhecimento**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro” ISSN 2177-9503 10 a 13/09/2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **“Raça e pobreza no Brasil”**. In **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Ed. 34,2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Acesso de Negros às Universidades Públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a2rç4o7/-226080,3 março/ 2003.

JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354

LEMOS, Isabele Batista de. **Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade**. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 71 e227161 2017.

LEMOS, Isabele Batista de. **Cotas Raciais na UFPA: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas**. Belém – Pará. 2015.

LIMA, Aline Tarcila de Oliveira. ARAÚJO, Izabel Cristina de. SILVA, Walkiria Maria Sousa da. PORTELA, Roselene de Souza. **A Trajetória das Políticas de Ações Afirmativas para Indígenas e Quilombolas na Universidade Federal do Pará**. VII Jornada Internacional Políticas Publicas. 25 á 28 de Agosto de 2015.

MAIO, Marcos Chor. SANTOS, Ricardo Ventura. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181- 214, jan/jun 2005.

MAGGIE, Y. **Pela Igualdade**. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro /2008.

MIRANDA, Sheila Ferreira. **Negros profissionais e acadêmicos: sentidos identitários e os efeitos dos discursos ideológico do mérito**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP 2013.

MOELHECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: História e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. n. 117, p. 197-2017, novembro/2002.

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical. Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001, pp. 103-4; grifos do autor.

MUNANGA Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia..** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

MORAES, Glauco Costa de. **Meritocracia, Análise Teórico-Conceitual**. Publicado pela Revista da Cultura. 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Sociedade e Cultura. vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, 2001, pp. 31-43 Universidade Federal de Goiás Goiania, Brasil.

SILVA, Maria do Socorro da. **Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil**. Universidade de São Paulo/São Paulo. 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Negros na universidade e produção do conhecimento**. In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p. : il.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro**. In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p. : il.

MATTA, Ludmila Gonçalves da. **Da democracia racial à ação afirmativa: a política de cotas para negros**. REVISTA JURÍDICA DA FAMINAS – V. 3, N. 1, Jan.-Jul. de 2007.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Cotas no Ensino Superior: notas a partir de uma reflexão em curso**. VII Jornada Internacional das Políticas Públicas. 2015.

NASCIMENTO, G. A., BATISTA, M. R., e NASCIMENTO, M. A. **Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas**. Campo Grande, MS: v. 17, n. 3, jul./set. 2016.

OLIVEIRA, Geisa Cadilhe de. **Políticas de Ação Afirmativa para Quilombolas: A Inclusão das Cotas Específicas**. Publicações da Escola da AGU - UnB v. II, 2008.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. **O Pós-Abolição - Perspectivas dos Libertos e Projetos de Brasil- Súditos, Bestializados ou Cidadãos Negros?** Rio de Janeiro, maio de 2011.

OLIVEIRA, Rachel. Projeto “**Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil**”: um ensaio de ações afirmativas. In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica /organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.270 p. : il.

PEREIRA, Rosenildo da Costa. **Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e a Inclusão Social dos Jovens e Adultos do Campo**. MARGENS - Revista Interdisciplinar Dossiê: Formação Docente Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.10. N. 14. Jun 2016. (p. 187-198)

PIOVESAN, Flavia. **Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Estudos Feministas. Florianópolis, 16 (3): 87-896, setembro-dezembro/2008.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.270 p. : il.

SALVADOR, Andreia Clapp. PAIVA, Angela Randolpho. NEVES, Angela Vieira. **Ações afirmativas, movimentos sociais e reconhecimento – Estudos contemporâneos. O Social em Questão** - Ano XX - nº 37- Jan a Abr/2017.

SARAIVA, Samilys de Oliveira. **Da comunidade à Universidade: um estudo de caso sobre os estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará**. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. De 30 a 06 de Agosto de 2016.

TELLES, Edward E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. 2004.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado - Historia oral**. 1998.

TRINDADE, Hiago. **Educação, luta de classes e políticas educacionais no contexto da contrarreforma: notas sobre a UERN**. DOI: 10.5433/1679-4842. 2014, v.16, n.2, p. 228

## LISTA DOS ENTREVISTADOS

1. Maria (nome fictício), 24 anos, estudante, membro da comunidade quilombola Bom Remédio, graduanda em Física na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
2. Antonio Carlo Aracaty, 42 anos, Coordenador do Processo Seletivo Especial para Quilombolas do Campus Universitário de Abaetetuba.
3. Benedito Maciel e Maciel, 24 anos, lavrador, membro da comunidade quilombola Alto-Itacuruçá, graduando em Física na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
4. Elielson Gonçalves Leão, 38 anos, autônomo, membro da comunidade quilombola Oxóssi da Ribeira, graduando em Língua Portuguesa na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
5. Gizelma dos Santos, 31 anos, estudante, membro da comunidade quilombola Bom Remédio, graduanda em Pedagogia na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
6. Ivone Barbosa de Vilhena, 25 anos, estudante, membro da comunidade quilombola Santa Ana, graduanda em Pedagogia na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
7. Miguel Nery da Silva, representante e secretário da ADQ.
8. Mony Tarler Rodrigues Maciel, 27 anos, lavradora, membro da coordenação da comunidade quilombola de Arapapuzinho, graduanda em Matemática na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
9. Nayara Kariny Campos da Silva, 22 anos, estudante, membro da comunidade quilombola Xangô de Vila Nova, graduanda em Engenharia de Produção na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
10. João (nome fictício), antropólogo, professor de pedagogia da (FAECS) na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
11. Rosielem Silva Dias, 23 anos, estudante, membro da Comunidade Quilombola Bom Remédio, representante da Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ) do Campus Universitário de Abaetetuba, graduanda em Física na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
12. Samuel Dias, 22 anos, estudante, membro da comunidade quilombola Alto-Itacuruçá, graduando em Engenharia de Produção na UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.
13. Suzana (nome fictício), assistente social do Campus Universitário de Abaetetuba.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZONIA TOCANTINA – FACHTO  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO DA PESQUISA**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o (a) aluno (a) da graduação em História, do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que os dados coletados serão utilizados para fins estritamente acadêmicos e minha identidade pessoal será preservada, se for solicitado, assegurando assim a minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

- ( ) Uso de depoimento com identidade pública.  
( ) Uso de depoimento com identidade não revelada.

Abaetetuba - PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2019

---

Participante

---

Pesquisador